AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL 35 | Nº 07 | JULHO 2015 | R$ 15,00

ISSN 0100-4298

FGV EESP
CENTRO DE ESTUDOS DO AGRONEGÓCIO



PLANO SAFRA

Com juros reais altos, faça as contas para saber se vale a pena

35 Anos
AGROANALYSIS

ETANOL MUDANÇA DE CENÁRIO FAZ CONSUMO DISPARAR

LEITE O ANO SERÁ DE AJUSTES E MARGENS APERTADAS

LARANJA DIFICULDADES PERMANECEM, E MERCADO INTERNO É A SAÍDA

FGV

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Postal Code 62.591 - CEP 22257-970 | Tel.: (21) 2559 6000 | www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidente: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Aldo Floris, Antonio Monteiro de Castro Filho, Ary Oswaldo Mattos Filho, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Mauricio Matos Peixoto

CONSELHO CURADOR
Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio
Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Antonio Alberto Gouvêa Vieira, Andrea Martini (Souza Cruz S/A), Eduardo M. Krieger, Estado do Rio Grande do Sul, Heitor Chagas de Oliveira, Estado da Bahia, Luiz Chor, Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Marcus Antonio de Souza Fazer, Murilo Portugal Filho (Federação Brasileira de Bancos), Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A), Orlando dos Santos Marques (Publicis Brasil Comunicação Ltda), Raul Calfat (Votorantim Participações S.A), Leonardo André Paixão (IRB-Brasil Resseguros S.A),Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Sandoval Carneiro Junior, Willy Otto Jordan Neto
Suplentes: Cesar Camacho, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Luiz Ildefonso Simões Lopes (Brookfield Brasil Ltda), Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Clóvis Torres (VALE S.A.), Rui Barreto, Sergio Lins Andrade, Victório Carlos De Marchi

Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano
Diretor da FGV Projetos: Cesar Cunha Campos
Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
Diretor da FGV-EAESP: Luiz Artur Ledur Brito

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas

Conselho Editorial: Cleber Guarany, Gustavo Diniz Junqueira, Luis Carlos Guedes Pinto, Luiz Carlos Corrêa Carvalho, Ricardo Simonsen, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano
Editor-chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editor Executivo: Luiz Antonio Pinazza
Colaboradores: Bruno Benzaquen Perosa e Felippe Cauê Serigati
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Redator: Paulo Roque
Capa: Fernanda Carvalho Macedo
Projeto Gráfico: Maria João Macedo [Atelier Lola]
Arte: Alexandre Monteiro
Revisor: Alexandre Sobreiro
Secretaria e Administração: Viviane de Carvalho
Coordenador da Produção Editorial: Evandro Faulin
Publicidade/Comercial/Assinatura: Viviane de Carvalho

Av. Paulista, 1.294, 15º andar,
Tel.: (11) 3799-4104 | Fax: (11) 3262-3569

contato@agroanalysis.com.br
www.fgv.br/agroanalysis

Acesse o site
www.fgv.br/agroanalysis
ou ligue
0800 770 88 81
e assine a publicação que melhor acompanha o agronegócio

O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

DESAFIO NA GESTÃO DA AGROPECUÁRIA NA SAFRA 2015/16

O GOVERNO anunciou o Programa de Investimento em Logística, em 9 de junho último, que prevê o investimento de R$ 198,4 bilhões em infraestrutura; estima-se que R$ 69,2 bilhões serão investidos entre 2015 e 2018. Segundo o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, os objetivos desejados são aumentar a produtividade via modernização da infraestrutura do País e contribuir para a retomada do crescimento econômico. Embora o Programa aponte na direção correta, seu impacto na atividade econômica no curto prazo será muito pequeno. A tarefa de retomar o crescimento sustentado não passa apenas pelo ajuste fiscal, mas também por uma agenda ampla de aumento da produtividade da economia.

Enquanto isso, no contexto do ajuste fiscal, o governo federal anunciou o Plano Agrícola e Pecuário (PAP) 2015/16, com redução no volume de recursos e aumento da taxa de juros para o crédito rural. Tanto no crédito para custeio, como naquele para investimento, o Governo aumentou o montante do crédito a taxa livre de mercado, com custo mais elevado.

Para financiar os custos da produção, a tendência será de tomada de crédito com *mix* entre as taxas controladas e as livres de mercado. O custo médio poderá chegar a 15% ao ano, o que significará uma taxa de juros real de 8,0% ao ano, no final da safra. Com os juros neste nível, o produtor deve evitar tomar crédito a taxa livre e, se possível, optar apenas pelo crédito a juros controlados, com taxa real mais baixa.

Para investimento, será mais fácil para o produtor tomar crédito a juros controlados. Nesse caso, a taxa real do financiamento poderá variar entre 0,9% e 2,8% ao ano, mais adequada à realidade do agronegócio.

O setor sucroalcooleiro observa um significativo aumento no consumo de etanol hidratado (20,1%, em 2014, e 32,6%, nos quatro primeiros meses de 2015). O vigor observado no consumo de etanol advém do aumento da oferta do produto, das alterações no regime do ICMS dos estados de Minas Gerais, Bahia e Paraná – o que beneficiou o uso de etanol hidratado pelo consumidor – e do retorno parcial da Contribuição para Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) sobre a gasolina no nível de R$ 0,22 por litro. No entanto, ainda falta uma política pública que permita a expansão em condições econômicas da produção e do consumo sustentáveis no futuro.

Para a atividade leiteira, há a expectativa de um segundo semestre com ajustes para o mercado interno. Do lado da demanda, a situação econômica do País deve atuar como fator limitante do consumo. Do lado da oferta, o cenário é de produção relativamente elevada. Assim, somado o aumento nos custos de produção, a perspectiva é de queda na rentabilidade do produtor. Em 2014, a pecuária de leite de média e alta tecnologia apresentou uma rentabilidade média de 7,9%, acima da atividade de baixa tecnologia, que registrou prejuízo de 3,8%. Neste ano, a rentabilidade média está estimada em 3,9% para

a atividade de média e alta tecnologia; a atividade de baixo emprego de tecnologia deverá amargar prejuízo de 4,8%.

Com a constante queda no consumo do mercado internacional, o mercado interno se torna a opção mais viável para a citricultura brasileira. Mas, a situação é complicada: de um lado, os compradores internacionais deixaram de demandar do Brasil 75 milhões de caixas de laranja na forma de suco por ano; e, de outro lado, o mercado nacional não avança mais do que as 56 mil toneladas mantidas há alguns anos. Para incentivar o consumo interno, será necessário desonerar o setor, dono da mais alta carga tributária do mundo. Para cada caixa de laranja que se transforma em 20 litros de suco vendido no mercado interno, R$ 40,00 são cobrados em impostos.

Quanto ao conteúdo especial deste mês, dá-se destaque para a agropecuária de Minas Gerais, um estado marcado pela sua "diversidade". Em seu território, quarto maior estado do Brasil, com área um pouco superior à da França, chama a atenção a cobertura vegetal, com quatro biomas: Mata Atlântica, Cerrado, Campos de Altitude ou Rupestres e Mata Seca. No *ranking* da produção das cadeias produtivas do agronegócio, está na liderança nas atividades leiteiras e na cafeicultura, dentre outras.

Para terminar, tem-se o artigo sobre a Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja), que completa dez anos de existência em 2015. Nesse curto espaço de tempo, a entidade ganhou protagonismo no âmbito nacional. Seu surgimento deu-se em função da crise e da descapitalização dos sojicultores em meados da década passada. Depois, vieram o desafio de enfrentar o impasse da insegurança jurídica, com a aprovação do novo Código Florestal em 2012, e a questão da infraestrutura logística do estado. Agora, chegou a hora de discutir o desenvolvimento sustentável das propriedades rurais. ■



04 EDITORIAL

07 ABRE ASPAS

07 ENTREVISTA
LINEU NEIVA RODRIGUES
A ÁGUA DEVE SER TRATADA COMO UM BEM ESTRATÉGICO

11 FRASES & COMENTÁRIOS

12 MACROECONOMIA
O PROGRAMA DE INVESTIMENTO EM LOGÍSTICA

14 AGRODROPS

17 MERCADO & NEGÓCIOS

17 CAPA LEITE
SERÁ UM ANO DE MARGENS APERTADAS

19 CAPA SUCO DE LARANJA
É PRECISO AUMENTAR O CONSUMO INTERNO

21 POLÍTICA AGRÍCOLA

21 CAPA PLANO AGRÍCOLA E PECUÁRIO
MAIS CRÉDITO RURAL A JUROS LIVRES

24 AGROENERGIA

24 CAPA ETANOL
MUDANÇA DE CENÁRIO MOSTRA A FORÇA DO CONSUMO

26 GESTÃO

26 INFRAESTRUTURA PRODUTIVA
INSUMO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

28 CONTEÚDO ESPECIAL

28 ESPECIAL MINAS GERAIS
AGROPECUÁRIA DE MINAS GERAIS

37 ESPECIAL APROSOJA
APROSOJA: DEZ ANOS

45 ESPECIAL ANDEF
JUNTOS PELA DEFESA VEGETAL

46 COLUNAS

46 DIÁRIO DE BORDO
MÃO E CONTRAMÃO

47 PRODUZIR
MENOS ESTADO, MAIS AUDÁCIA

48 OPINIÃO
PLANO SAFRA

49 REFLEXÃO
SAFRAS E PLANOS

50 SERVIÇO AO AGRONEGÓCIO

A ÁGUA DEVE SER TRATADA COMO UM BEM ESTRATÉGICO

LINEU NEIVA RODRIGUES

PESQUISADOR E SUPERVISOR DO NÚCLEO DE ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL (NAI) DA EMBRAPA CERRADOS

POR PAULO ROQUE

Considerado uma das maiores autoridades em recursos hídricos do País, na opinião de Lineu Neiva Rodrigues, "a crise de água não é consequência apenas de fatores climáticos; é também um problema de gestão e planejamento". É membro suplente do Fórum Permanente de Desenvolvimento da Agricultura Irrigada, membro titular do Comitê Gestor do Portfólio de Projetos em Mudanças Climáticas da Embrapa, representante do Brasil na Plataforma de Recursos Hídricos e Tecnologia de Irrigação do Programa de Cooperação para o Desenvolvimento Tecnológico Agroalimentar e Agroindustrial do Cone Sul (PROCISUR), conselheiro titular, representando o Ministério da Agricultura, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) e coordenador da Rede AgroHidro, criada pela Embrapa em parceria com várias entidades e instituições, com o objetivo de estudar a água na atividade agropecuária.

AGROANALYSIS: JÁ ESTAMOS EM PERÍODO DE ENTRESSAFRA. TEMOS AMEAÇA DE CRISE HÍDRICA?

LINEU NEIVA RODRIGUES: Não em nível nacional. Poderá ocorrer baixa disponibilidade hídrica em algumas regiões do Brasil. Alguns centros urbanos, como São Paulo, sentirão o problema de maneira mais forte. É conveniente ressaltar que não é correto generalizar essa situação para todo o País e muito menos colocar a área rural, mais especificamente a agricultura, no centro do debate e como a "culpada" pela situação. O impacto dessa baixa disponibilidade hídrica na agricultura será pequeno, como é destacado no trabalho feito pela Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), pela Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), pelo INMET (Instituto Nacional de Meteorologia) e pela ANA



(Agência Nacional de Águas), que indica que haverá impacto reduzido da crise hídrica nos resultados da safra 2014/15 dos principais grãos.

NEM TODA ÁGUA EXISTENTE NO MUNDO ESTÁ DISPONÍVEL PARA PRONTO USO?

LNR: É verdade. Estima-se que cerca de 70% da superfície terrestre sejam cobertos com água e que o volume de água existente seja em torno de 1.386.000.000 km³. Esta quantidade de água é praticamente constante. Ou seja, em escala global, esta quantidade de água não varia com o tempo. Infelizmente, nem toda esta água está prontamente disponível para uso. Os oceanos concentram 97,5% da água existente no Planeta. Da porção referente à água doce – os 2,5% restantes –, 76,8% estão nas calotas polares e geleiras, 22,7% são água subterrânea e o 0,5% restante vem de outras fontes, incluindo 3,5% dos rios. Essa quantidade, entretanto, é suficiente para atender as múltiplas demandas hídricas da sociedade.

NO BRASIL ISSO TAMBÉM ACONTECE?

LNR: Sim. De maneira geral, isso ocorre em todas as regiões. Dessa água considerada mais "fácil" de ser utilizada, constituída pelas águas superficiais, o Brasil detém cerca de 12% das reservas mundiais. O problema com este número é que ele pode conduzir, de maneira equivocada, a uma análise simplista de que o Brasil é um país privilegiado em termos de disponibilidade hídrica. Esta afirmativa, entretanto, é relativa, pois depende da região analisada, uma vez que a distribuição geográfica destes recursos no País é bastante irregular.



SE A QUANTIDADE DE ÁGUA NA TERRA É CONSTANTE, POR QUE HÁ CONFLITOS?

LNR: A quantidade de água é constante em escala global, mas localmente é muito variável. A água existente na Terra está sempre em movimento. A maior parte movimenta-se muito lentamente, mas a porção que está mais disponível para o nosso uso, as águas superficiais, tem variações significativas em períodos de tempo curtos – dias, semanas ou meses. Outro aspecto importante a ser destacado é que, na maior parte das regiões, as demandas são crescentes. Os conflitos surgem sempre que a demanda é maior do que a oferta, a gestão não é adequada e os usos prioritários não estão bem definidos na bacia hidrográfica. Para compreender a dinâmica da água, é muito mais interessante analisar o seu comportamento nos seus diferentes compartimentos (solo, atmosfera etc.), pois dessa forma é possível incluir o ciclo hidrológico na análise, trazendo uma visão de renovação da água, e não de aumento da sua quantidade.

> “OS CONFLITOS SURGEM SEMPRE QUE A DEMANDA É MAIOR DO QUE A OFERTA, A GESTÃO NÃO É ADEQUADA E OS USOS PRIORITÁRIOS NÃO ESTÃO BEM DEFINIDOS NA BACIA HIDROGRÁFICA.”

A AGRICULTURA IRRIGADA CRESCERÁ AQUI E NO RESTANTE DO MUNDO?

LNR: A humanidade pode viver sem muitas das coisas que temos hoje, mas não pode viver sem água e alimento. O desafio é produzir alimentos de forma sustentável e em quantidade suficiente, em um mundo cada vez mais complexo, com uma população que, em 2050, estará em torno de 9,1 bilhões de pessoas, demandando alimentos cada vez mais diferenciados e de melhor qualidade. Nesse contexto, a irrigação desempenhará um papel cada vez mais estratégico. Ela altera a forma como o solo é utilizado, possibilitando o seu uso durante todo o ano, trazendo benefícios econômicos, sociais e ambientais e, ainda, a possibilidade de uma produção sustentável de alimentos.

Até recentemente, a área potencial para irrigação no Brasil era de 30 milhões de hectares. Novo estudo publicado pela Secretaria Nacional de Irrigação (SENIR), entretanto, atualizou este número e apresentou novo valor, da ordem de 61 milhões de hectares – o equivalente a dez vezes o tamanho da área irrigada atualmente. Estudos como este são importantes para orientar as políticas públicas voltadas para o setor, fazendo-se necessário planejar e ter planos efetivos, além de fortalecer o setor privado, incentivar as indústrias de equipamento e capacitar produtores.

ESTAMOS PREPARADOS PARA ENFRENTAR ESSE CENÁRIO?

LNR: Ainda não estamos preparados. Entretanto, temos todas as ferramentas e o conhecimento necessário para fazer esse crescimento de maneira ordenada e sustentável. Para enfrentar esse desafio, precisamos de governança, envolver e integrar os diversos setores. São importantes uma atuação em conjunto e uma visão estratégica por parte das instituições públicas e privadas. É fundamental que as ações sejam complementares e que não ocorram sobreposições. Não podemos esperar para reagir aos acontecimentos; temos que estar preparados para responder aos diferentes cenários.

A EMBRAPA ESTÁ PREPARADA PARA FORNECER CONHECIMENTOS TÉCNICOS PARA OS TOMADORES DE DECISÃO?

LNR: Sim. A Embrapa e suas parceiras têm todas as condições e ferramentas para subsidiar os tomadores de decisão em um cenário de crescimento da agricultura irrigada. Já existem muita tecnologia e estudos desenvolvidos que ainda não foram utilizados. É importante, entretanto, ter-se em mente que a agricultura irrigada é muito mais intensiva, em termos de uso dos recursos, do que a agricultura de sequeiro. As tomadas de decisão têm que ser baseadas em critérios técnicos. É necessário desenvolver programas diferenciados de treinamento e capacitação.

Em relação à agricultura irrigada, ainda existem muitas lacunas científicas e tecnológicas e carência de dados. A Embrapa precisa continuar inovando, buscando soluções tecnológicas que contribuam para o uso eficiente da água. Temos que utilizar melhor tecnologias como o sensoriamento remoto e atentar para novidades, como, por exemplo, a irrigação de precisão. Não se trata apenas de aumentar a área irrigada, mas também de criar condições para o seu desenvolvimento sustentável.

PARA NÃO HAVER CRISE, SÃO INDISPENSÁVEIS PLANEJAMENTO E GESTÃO NOS RECURSOS HÍDRICOS?

LNR: A água é de grande importância para todos os setores da sociedade, e atender todos os usos e usuários requer um intenso trabalho de planejamento e gestão dos recursos hídricos. Não deveria haver crise hídrica em um país onde as precipitações variam de 300 mm a 3.400 mm por ano e os recursos hídricos ainda são muito pouco utilizados. A crise de água não é consequência apenas de fatores climáticos; é também um problema de gestão e planejamento. Devemos tratar a água como um bem estratégico para o Brasil, definindo prioridades de uso, levando em consideração as necessidades básicas e as especificidades de cada região. A gestão dos recursos hídricos é fundamental para que os demais setores tenham segurança hídrica. Não se deve perder de vista a eficiência de uso da água nas diversas atividades. Para que a gestão da água não se torne gestão de conflitos, é importante utilizar os conhecimentos técnicos e científicos para subsidiar os tomadores de decisão.

> “EM RELAÇÃO À AGRICULTURA IRRIGADA, AINDA EXISTEM MUITAS LACUNAS CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS E CARÊNCIA DE DADOS.”

EXISTE UM PLANO EMERGENCIAL PARA UMA SITUAÇÃO DE EXTREMA ESCASSEZ DE ÁGUA NO PAÍS?

LNR: Infelizmente, não. Falta um planejamento com metas claras que traga uma visão de curto, médio e longo prazos para o País. É preciso integrar a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) com as demais políticas públicas e definir as prioridades de uso da água, levando-se em consideração as necessidades básicas do País e as especificidades de cada região. Em situações de extrema escassez, é importante que todas as possíveis soluções sejam consideradas e analisadas. As mais factíveis devem ser apresentadas e pactuadas com os usuários. O setor agrícola não pode ser apenas reativo aos acontecimentos. A comunicação precisa ser melhorada. É importante entender como o tema água na agricultura é realmente percebido pela sociedade, qual é o papel da mídia e qual é sua real importância nesse debate. Precisamos criar métricas que possibilitem identificar ineficiências dentro dos próprios setores. É mais efetivo comparar o setor com ele mesmo do que fazer comparações entre setores. ■

FRASES & COMENTÁRIOS

"O dólar valorizado frente ao real opera como uma faca de dois gumes. Se, por um lado, ajuda na formação do preço de venda; por outro, é ruim para a compra da maior parte dos insumos. Mas, a expectativa é de que a moeda norte-americana mantenha-se acima dos R$ 3,00 no segundo semestre deste ano."

HELIO SIRIMARCO, diretor da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA)

"Nós falamos muito do mercado europeu: às vezes, parece uma questão de honra entrar lá. Mas, é a Ásia que vai puxar o crescimento do consumo. São os asiáticos que vão comprar nosso excedente; eles que vão pagar, e caro, pela nossa produção."

ANTÔNIO DA LUZ, economista-chefe do Sistema FARSUL (Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul), no seminário "De Onde Virão os Alimentos: O Desafio do Futuro", em Gramado-RS

"O uso da água é um diferencial competitivo do Brasil e deve ser aproveitado; a água existe, mas falta exercer o gerenciamento previsto em lei, além da necessidade de investimento em pesquisas e extensão."

NELSON ANANIAS, coordenador de Sustentabilidade da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), ao debater a questão hídrica no fórum "O Futuro da Água no Brasil", promovido pela Hiria e pelo Jornal Valor, em São Paulo-SP

"É da natureza do negócio agrícola a competição. Daí a grande corrida pelo aumento da produtividade."

JOSÉ ROBERTO MENDONÇA DE BARROS, sócio da MB Associados, em palestra na Feira de Projetos da Rede Globo

"Faltou um programa de investimentos em hidrovias, modal de menor custo e de fundamental importância para o escoamento das safras em determinadas regiões. No Brasil, apenas 12% de nossa safra de grãos são transportados por hidrovias, enquanto, nos Estados Unidos, esse percentual atinge 55%, sendo o modal mais utilizado para escoamento das safras."

ANTONIO ALVARENGA, presidente da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA)

"Os jovens não estão querendo dar continuidade às atividades da família. O grande desafio é trabalhar para fortalecer quem ainda está no campo e, principalmente, produzindo de forma diferenciada."

ROGÉRIO DIAS, coordenador de Agroecologia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), na abertura do ciclo de palestras do 11° Fórum Internacional de Agricultura Orgânica e Sustentável, durante a Bio Brazil Fair/Biofach América Latina, em São Paulo-SP



BMFBOVESPA.COM.BR

"Precisamos investir na cadeia logística, pois a recuperação da economia brasileira passa pelo agronegócio."

EDEMIR PINTO, diretor-presidente da BM&FBOVESPA

"A instabilidade causada pelas mudanças climáticas é o maior problema que o produtor enfrenta nos dias de hoje, e os impactos são sentidos diariamente pela sociedade. O que recomendamos é que o agricultor seja também um produtor de água. O solo deve ter uma reserva hídrica."

DANIEL GUIMARÃES, pesquisador, durante o seminário "Mudanças climáticas e seus impactos na agropecuária regional", realizado na 8ª SIT (Semana de Integração Tecnológica), evento anual promovido pela Embrapa Milho e Sorgo e por parceiros, em Sete Lagoas-MG

MACROECONOMIA

O PROGRAMA DE INVESTIMENTO EM LOGÍSTICA

CLEMENS NUNES
Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP)

EM 9 de junho último, o Governo anunciou o Programa de Investimento em Logística (PIL). Este programa prevê um investimento de R$ 198,4 bilhões em infraestrutura, compreendendo portos, aeroportos e ferrovias. Deste total, estima-se que R$ 69,2 bilhões serão investidos entre 2015 e 2018, enquanto R$ 129,2 bilhões o serão a partir de 2019. Segundo o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, os objetivos desejados são aumentar a produtividade via modernização da infraestrutura do País e contribuir para a retomada do crescimento econômico. Em minha última coluna, vimos que a tarefa de retomar o crescimento sustentado da economia brasileira é extremamente desafiadora. A retomada requer não apenas corrigir os desequilíbrios macroeconômicos via ajuste fiscal, mas também uma agenda ampla de aumento da produtividade da economia. Nesse aspecto, o Programa aponta nessa direção. Em seguida, irei analisar os possíveis impactos deste programa sobre a economia no curto e no longo prazos e seus desafios.

No horizonte de curto prazo, o Programa poderia contribuir para a retomada do crescimento de duas formas: em primeiro lugar, contribuir para aumentar a demanda agregada na economia; em segundo lugar, aumentar a confiança na economia brasileira pelos agentes econômicos. Em relação ao primeiro aspecto, o estímulo da demanda agregada pode gerar um aumento da renda e da produção na economia, auxiliando na recuperação da atividade econômica. Este resultado, no entanto, depende da existência de ociosidade na utilização dos fatores de produção. No caso da economia brasileira, certos setores com capacidade ociosa, como a indústria de transformação, poderiam beneficiar-se desse estímulo. No entanto, o volume de investimento previsto é bastante tímido para ter efeito relevante sobre a demanda agregada. Admitindo que todos os investimentos serão realizados tempestivamente, o impacto anual até 2018 será de 0,36% do PIB ao ano até 2018 – um valor insuficiente para retomar o crescimento. Para efeito de comparação, somente a Petrobras investiu anualmente, em média, 1,67% do PIB no período de 2012 a 2014. Quanto ao segundo aspecto, apesar de seus propósitos louváveis, o anúncio do PIL foi recebido com frieza pelos agentes econômicos. Este ceticismo fundamenta-se em fatos. Em 2012, o Governo anunciou um pacote similar que previa investimentos de R$ 133 bilhões apenas em rodovias e ferrovias. Dos nove lotes de concessões previstos em rodovias, apenas seis foram concedidos. Dos projetos previstos em ferrovias, nenhum saiu do papel. Esse histórico deixa os investidores e empresários numa atitude de esperar para ver. Além disso, há, ainda, desconfianças quanto à manutenção do grau de investimento e da disposição do Governo em manter o ajuste fiscal em meio ao aumento do desemprego, à queda de popularidade e à perda do apoio político.

Quanto aos impactos de longo prazo, esse Programa insere-se na agenda de aumento da produtividade. Nesta agenda, a melhoria da infraestrutura tem um papel relevante. Especifica-

mente, o setor do agronegócio é um dos mais afetados pela infraestrutura precária. Estradas em péssimo estado, filas de caminhões nos portos, custos de frete elevados, portos ineficientes, malha ferroviária limitada são fatores prejudiciais à produtividade e à lucratividade da cadeia do agronegócio, que, apesar destes obstáculos, consegue manter-se competitivo. Nesse aspecto, o Programa é bem-vindo como uma tentativa de enfrentar estes problemas.

Em relação ao programa anunciado em 2012, o PIL é superior, sendo mais realista e pragmático. Em primeiro lugar, o Governo reconhece suas limitações de recursos gerenciais e financeiros para conduzir esses projetos. Sob severa restrição fiscal, o Governo pode reduzir seu gasto com investimentos e arrecadar recursos com a outorga nos leilões. Adicionalmente, o Governo tenta estimular o financiamento privado, incentivando a emissão de debêntures para financiamento parcial dos projetos. Desta forma, o Governo reduz o volume de subsídios, inclui o monitoramento dos projetos pelos agentes de mercado, divide riscos e estimula o mercado de capitais. Em segundo lugar, o Governo acena com condições mais favoráveis para a participação do setor privado. Entre elas, podemos citar: taxas de retorno mais realistas e determinadas pelo mercado; redução do tamanho do lote para concessão de rodovias para possibilitar a participação de empresas menores; inclusão do critério de outorga nos leilões; resolução de algumas pendências regulatórias para a concessão de terminais portuários, por meio da Lei nº 12.815/13.

Embora, em geral superior ao programa de 2012, o PIL apresenta projetos de viabilidade duvidosa, como a ligação bioceânica, que responde por 20% do total de investimentos previstos. Além disso, algumas razões para o baixo desempenho na execução dos projetos observados no programa de 2012 ainda persistem. Entre elas, podemos citar o elevado risco regulatório e as restrições ambientais e legais na execução dos projetos. No primeiro aspecto, pesquisa que avalia a percepção dos investidores internacionais sobre o risco regulatório indica que este subiu consideravelmente no Brasil. Entre as razões, podemos citar a percepção de que agências reguladoras foram usadas para facilitar a execução de políticas públicas, a MP nº 579, que alterou estruturalmente o setor elétrico para forçar a redução dos preços de energia. Especificamente, no setor de ferrovias, há grande indefinição sobre o modelo regulatório a ser adotado, bem como quanto à remuneração de operadores e detentores da malha ferroviária. Nos portos, a governança corporativa na área dos portos organizados ainda é dependente do papel das Companhias Docas, ou seja, um quadro de empresas com baixa capacidade de investimento e sujeitas à ingerência política. No segundo aspecto, a execução do projeto é condicionada a uma série de aprovações ambientais e legais que retardam sensivelmente sua conclusão e aumentam o custo das obras, podendo inviabilizar os retornos previstos.

Em resumo, acredito que, embora o Programa aponte na direção correta, seu impacto na atividade econômica no curto prazo será muito pequeno. No longo prazo, embora suas chances de sucesso sejam melhores do que as do plano de investimentos anunciado em 2012, as dificuldades na execução e o risco regulatório ainda são obstáculos relevantes para seu êxito. ■



ISTOCKPHOTO

AGRODROPS

CORRESPONDÊNCIAS PARA ESTA SEÇÃO DEVEM SER ENVIADAS PARA O E-MAIL AGRODROPS@AGROANALYSIS.COM.BR

DIA INTERNACIONAL DO COOPERATIVISMO

"Escolha cooperativismo. Escolha equidade". Este é o tema do 93º Dia Internacional do Cooperativismo, divulgado pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI). Neste ano, a data será celebrada no dia 4 de julho, que marca, também, as comemorações do Dia de Cooperar no Brasil. De acordo com a ACI, a desigualdade é prejudicial para a economia, a infraestrutura, a segurança e a democracia. Expandindo o conceito de propriedade, as cooperativas são uma força comprovada para a inclusão econômica e social. Se o modelo cooperativista continuar a crescer, a desigualdade será reduzida.



JOSÉ GRAZIANO REELEITO DIRETOR-GERAL DA FAO



José Graziano

O brasileiro José Graziano foi reeleito diretor-geral da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO, na sigla em inglês). Candidato único, obteve 177 dos votos de 182 países reunidos na 39ª Conferência da FAO, na sede da entidade, em Roma, na Itália. Desde que assumiu a organização, Graziano reforçou as capacidades institucionais da entidade, ampliou a colaboração com parceiros externos e conseguiu mais apoio para a cooperação Sul-Sul, entre países em desenvolvimento.

MECANIZAÇÃO NA CANA-DE-AÇÚCAR

A taxa de mecanização deve chegar a 97% do total dos canaviais do Centro-Sul do Brasil neste ano, de acordo com dados do Centro de Tecnologia Canavieira (CTC). Em 2014, a taxa era de 93,4%. O índice leva em consideração as áreas que permitem a entrada de máquinas. Em locais de declive mais acentuado, o corte ainda é manual. Levantamento feito pela entidade aponta que o plantio da cana na região Centro-Sul em 2014, a ser colhido neste ano, durante a safra 2015/16, foi 14% menor em relação a 2013.



ISTOCKPHOTO

GANHO NO *STATUS* SANITÁRIO

Os estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina foram reconhecidos como zonas livres da peste suína clássica, durante a 83ª Sessão Geral da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), realizada em final de maio. Atualmente, os dois estados respondem por 68% das exportações nacionais de suínos. Quanto à febre aftosa, o Brasil possui a meta de erradicar a doença ainda em 2015, incorporando os estados de Roraima, Amapá e Amazonas à zona livre da doença com vacinação. Com estes três estados livres, mais a Venezuela, a América será o primeiro continente a erradicar a febre aftosa do rebanho – uma conquista importantíssima para a defesa sanitária da região.

LEI DO PATRIMÔNIO GENÉTICO

A Lei nº 13.123, aprovada em 10 de maio de 2015, trata do acesso ao patrimônio genético do País, com a criação do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN), no âmbito do Ministério do Meio Ambiente (MMA). A sua representação será composta em 60% por órgãos e entidades da administração pública federal e em 40% pela sociedade civil. É um passo para o País construir a sua estratégia de inserção na bioeconomia, visto que possui a maior diversidade biológica do Planeta.

PIB NO SEGUNDO TRIMESTRE

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em comparação ao quarto trimestre de 2014, o PIB do Brasil teve queda de 0,2%. Entre os setores, a agropecuária teve variação positiva de 4,7%, enquanto a indústria e os serviços reduziram, respectivamente, em 3,0% e 1,2%. A contribuição do campo deve-se, principalmente, ao aumento das colheitas de soja, mandioca, arroz e fumo. O milho, que, normalmente, é relevante no primeiro trimestre, apresentou queda. Para o segundo trimestre, as produções de cana-de-açúcar e soja deverão afetar positivamente o PIB do setor, que se manterá positivo.

ISTOCKPHOTO



ÁREA IRRIGADA NO BRASIL

O Brasil tem potencial para expandir em até dez vezes o tamanho da área irrigada destinada para agricultura. Conforme o estudo "Análise Territorial para o Desenvolvimento da Agricultura Irrigada", realizado pelo Ministério da Integração Nacional (MI), em parceria com a Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (Esalq-USP) e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), o País pode chegar a 61 milhões de hectares de área irrigada. Hoje, apenas 6 milhões de hectares contam com o recurso hídrico em áreas de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia e Goiás.

EXPORTAÇÃO DE CAFÉ SOLÚVEL

ISTOCKPHOTO



De acordo com a Associação Brasileira da Indústria de Café Solúvel (ABICS), o País tem o objetivo de ampliar em 50% o volume correspondente às exportações e ao consumo interno do produto nos próximos dez anos. A meta é alcançar uma receita de US$ 1 bilhão apenas com as vendas externas. O Brasil sempre deteve a liderança mundial das exportações de café solúvel, mas enfrenta estagnação há mais de dez anos. Enquanto o consumo cresceu 29% neste período no mundo, a participação do Brasil nas exportações globais reduziu-se de 14,5% para 9,8%. No ano passado, as exportações somaram 3,6 milhões de sacas, o equivalente a US$ 626 milhões.

ARGENTINA SUSPENDE EMBARGO A CARNE BRASILEIRA

Desde 2012, o Brasil não podia vender carne ao país vizinho, por causa da confirmação de um caso do mal da vaca louca no Mato Grosso. No mês passado, o Serviço de Sanidade e Qualidade Agroalimentar (Senasa) da Argentina, após reavaliar o pedido do governo brasileiro, reconheceu como caso atípico a doença registrada no Brasil. Nessa situação, o mal é manifestado de forma esporádica e espontânea, sem estar relacionado à ingestão de alimentos contaminados. Ao mesmo tempo, o governo brasileiro revogou o embargo às maçãs, às peras e aos marmelos argentinos por causa da presença da praga *Cydia pomonella*, erradicada em território brasileiro no ano passado.



ISTOCKPHOTO

ESTADOS UNIDOS PROÍBEM GORDURA TRANS

A Administração de Alimentos e Medicamentos (FDA, na sigla em inglês) dos Estados Unidos ordenou a retirada de alimentos com gordura trans do mercado americano até 2018. O órgão, responsável por regulamentar o uso de alimentos, medicamentos e cosméticos comercializados no país, destaca que o consumo de gorduras trans eleva o nível do colesterol "ruim", o LDL (lipoproteína de baixa densidade). A medida ajudará a reduzir doenças crônicas, como diabetes, as neurológicas e as cardiovasculares. Os óleos vegetais parcialmente hidrogenados (PHO), principal fonte das gorduras trans nos alimentos processados, em geral, não são considerados seguros para serem utilizados na alimentação humana, segundo a entidade.

LEITE

SERÁ UM ANO DE MARGENS APERTADAS

RAFAEL RIBEIRO DE LIMA FILHO
Zootecnista da Scot Consultoria

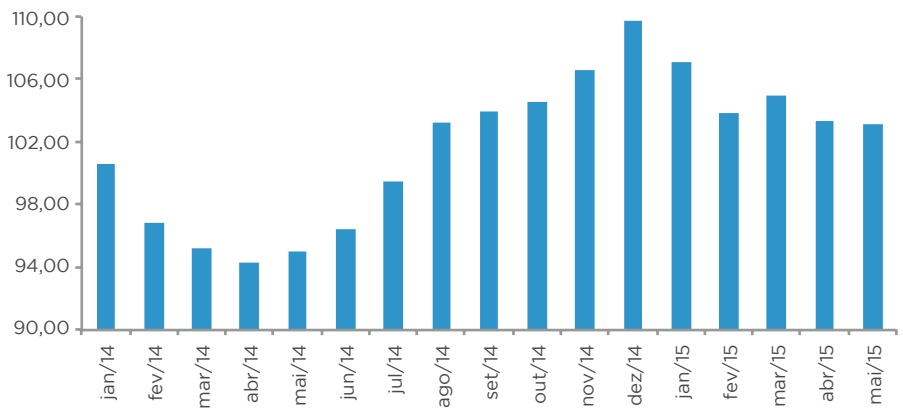
A EXPECTATIVA é de que 2015 seja um ano de ajustes para o mercado interno de leite. Do lado da demanda, a situação econômica do País deve atuar como fator limitante do consumo. Do lado da oferta, o cenário é de produção relativamente elevada. Assim, somado o aumento nos custos de produção, a perspectiva é de queda na rentabilidade do produtor.

Recentemente, o preço do leite ao produtor teve uma pequena reação, provocada pela queda na produção, causada pela chegada do período de entressafra em importantes bacias leiteiras nas regiões Sudeste e Centro-Oeste. Na média nacional, em maio, o produtor recebeu R$ 0,929 pelo litro produzido no mês anterior, uma alta de 1,6% em relação ao valor recebido em abril, mas 4,6% abaixo do registrado no mesmo período de 2014.

Na região Sul, a pressão de alta é menor, em função do aumento da produção das pastagens de inverno. Em outros locais, com a perda de qualidade do pasto, a silagem é a alternativa para reforçar a produção de leite no curto e no médio prazos.

No acumulado desde dezembro de 2014 (últimos seis meses), a produção de leite no Brasil já registra uma queda acumulada de 6,0%. Ain-

ÍNDICE DE CAPTAÇÃO DE LEITE: MÉDIA NACIONAL
BASE 100 = ABRIL DE 2011



Fonte: Scot Consultoria

da assim, na comparação com o mês de maio do ano passado, a produção foi 8,5% superior. Esse fato merece atenção diante do cenário de queda na demanda interna por lácteos, principalmente para os produtos de maior valor agregado, como queijos e iogurtes.

Os preços para o produtor devem se manter firmes até agosto, mas o valor médio no final do ano deverá ser 4,4% inferior ao de 2014.

Do lado dos custos de produção, a alimentação está pesando menos neste ano. Mas, a mão de obra, a energia elétrica, o combustível, os fertilizantes, entre outros insumos, estão custando mais, exercendo uma pressão negativa considerável sobre o resultado deste primeiro semestre.

Para aproveitar as recentes altas nos preços do leite e as quedas nos preços de milho e farelos, os produtores investem na alimentação dos animais, o que tem reflexo direto e rápido na produção.

QUAL É O RESULTADO ESPERADO PELO PRODUTOR?

Em 2014, a pecuária de leite de média e alta tecnologia apresentou uma rentabilidade média de 7,9%, acima da atividade de baixa tecnologia, que registrou prejuízo de 3,8%.

Esses números reforçam a maior capacidade do produtor que trabalha com maior grau de tecnificação em lidar com contextos de crise e queda de preço.

Considerando um aumento de 5% nos custos de produção, o que configura um cenário conservador, 2015 será mais um ano de queda na rentabilidade da produção de leite no Brasil – em 2014, para todos os sistemas de produção, a rentabilidade já foi menor do que a de 2013.

Neste ano, a rentabilidade média está estimada em 3,9% para a atividade de média e alta tecnologia. A atividade de baixo emprego de tecnologia deverá amargar prejuízo de 4,8%.

A pressão do aumento do custo também é sentida na ponta final da cadeia e no atacado. Mas, devido à fraca demanda, o repasse dos custos para o preço do leite e de derivados é difícil.

A recomendação para o produtor de leite é colocar a casa em ordem em 2015. ■

ESTIMATIVAS DE RENTABILIDADES MÉDIAS DA PECUÁRIA LEITEIRA EM 2015

	Tecnologia utilizada na atividade	
	Baixa	Média/alta
Área (ha)	65	65
Vacas em lactação (unidade/hectare)	0,77	2,31
Produção de leite (litros/hectare)	3.500	25.000
Produção total de leite (litros)	227.500	1.625.000
Venda de leite (litros/ano)	225.036	1.619.559
Preço médio bruto do leite (venda)	0,75	0,94
Receita com venda de leite (R$/ano)	168.777,00	1.522.385,46
Receita com venda de animais (R$/ano)*	37.597,74	102.161,77
Custo total da atividade	R$ 230.481,29	R$ 1.531.504,93
Lucro/prejuízo (R$)	-R$ 24.106,55	R$ 93.042,30
Rentabilidade	**-4,77%**	**3,94%**

* Vacas de descarte para abate e bezerras
Fonte: Scot Consultoria

SUCO DE LARANJA

É PRECISO AUMENTAR O CONSUMO INTERNO

IBIAPABA NETTO
Diretor executivo da Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos (CitrusBR)

COM A constante queda do mercado internacional, o Brasil se torna a opção mais viável para um novo círculo virtuoso na citricultura. Mas, para isso, será necessário desonerar o setor dono da mais alta carga tributária do mundo. A afirmação pode parecer incrível, mas o fato é que, para cada caixa de laranja de 40,8 kg que se transforma em 20 litros de suco vendido no mercado interno, R$ 40,00 são cobrados em impostos, como ICMS e PIS/COFINS, pelos governos estaduais e federal[1].

O pano de fundo dessa história é uma sinuca de bico em que se encontra a citricultura brasileira. De um lado, o consumo de suco de laranja tem derretido, desde meados dos anos 2000, nos principais mercados compradores internacionais. Neste período, o mundo deixou de demandar do Brasil 75 milhões de caixas de laranja na forma de suco por ano, o que significa algo em torno de 300 mil toneladas de suco concentrado congelado que o País deixou de exportar. De outro lado, o mercado nacional patina e não avança mais do que as 56 mil toneladas que são mantidas há alguns anos.

Nesse cenário, a única variável que pode ser controlada e desenvolvida, por incrível que pareça, é o mercado brasileiro. E a chave para a solução desse problema de demanda está na redução da carga tributária incidente sobre sucos 100% naturais. Verdade seja dita, a alta carga tributária é a razão pela qual esse mercado não se desenvolveu até hoje no Brasil e consome apenas de 3% a 5% de toda laranja que aqui se produz.

No *ranking* dos principais mercados consumidores de suco de laranja no mundo, o Brasil ocupa a primeira colocação entre as maiores tarifas cobradas sobre o produto. A soma das alíquotas chega a 27,2% do preço total. Apenas para efeito de comparação, nos Estados Unidos, esta tarifa é de 0%.

O caminho para atingir esse desejável objetivo é conhecido. A Lei nº 10.925/04 versa sobre a incidência de PIS/COFINS sobre os chamados produtos básicos, entre eles alguns concorrentes do nosso suco de laranja, posicionados nas mesmas ocasiões de consumo, como o leite *in natura*. Para o Governo, em contrapartida, a renúncia fiscal oriunda desta lei seria compensada pelos investimentos necessários para fazer frente ao aumento de demanda. Para cada real que o Governo deixasse de arrecadar com a venda de suco de laranja 100%, R$ 2,44 seriam necessários em investimentos.

Outro efeito desejável é a valorização do produto do mercado internacional, sempre obedecendo as leis de oferta e demanda. Com mais suco sendo consumido no mercado interno, haverá menos disponibilidade para compradores internacionais. Isso pode ocasionar, como já se verificou em outras oportunidades de escassez de produto, uma valorização que pode chegar até US$ 500 por tonelada, ou algo em torno de R$ 6 a caixa. Nesse caso, estamos falando de um incremento de R$ 1,6 bilhão para ser repartido ao longo da cadeia produtiva brasileira de laranja, por meio dos mais variados modelos de contratação de compra e venda de fruta, por meio de contratos com gatilhos de preço de fruta atrelados a possíveis ganhos de preço de suco no mercado internacional. ■

1 Cálculos realizados pela Consultoria Markestrat



DICOM

AGRONEGÓCIO: O FUTURO CHEGOU.

MESTRADO PROFISSIONAL EM AGRONEGÓCIO

ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO: AGROENERGIA | ECONOMIA E GESTÃO DO AGRONEGÓCIO

O Mestrado Profissional em Agronegócio da FGV/EESP oferece duas áreas de concentração: Agroenergia e Economia e Gestão do Agronegócio.

Destina-se a profissionais experientes que buscam aprofundar seus estudos e qualificar-se para a administração de empresas direta ou indiretamente ligadas ao Agronegócio e à Agroenergia. O curso conta com professores experientes da FGV, Embrapa e Esalq.

Conheça também os Cursos Master da EESP.

INSCRIÇÕES:
de 27 de julho a 13 de novembro de 2015
www.fgv.br/eesp/escolhaseucurso

FGV EESP

PLANO AGRÍCOLA E PECUÁRIO

MAIS CRÉDITO RURAL A JUROS LIVRES

DA REDAÇÃO

O AJUSTE fiscal no orçamento da União chegou com força no campo. O grande sinal veio com o lançamento do Plano Agrícola e Pecuário (PAP) 2015/16. O governo federal contraiu o dinheiro e aumentou a taxa de juros para o crédito rural. A tomada de decisão sobre a quantidade e o custo dos recursos financeiros exigirá cuidado especial por parte dos agentes das cadeias produtivas.

Muita atenção é necessária para interpretar a subida no montante do orçamento de R$ 156,1 bilhões para R$ 187,7 bilhões entre as safras 2014/15 e 2015/16. Para investimento, houve uma queda nominal no volume de recursos, enquanto, para custeio, houve um aumento nominal, mas queda em termos reais (descontada a inflação do período), em comparação à safra anterior.

No crédito para custeio, o total de recursos passou para R$ 147,5 bilhões, valor 31,7% maior, em termos nominais, do que o da temporada passada. Chama a atenção o grande incremento, de 130,4%, das verbas destinadas ao agricultor a taxas livres de mercado, captadas por meio da Letra de Crédito do Agronegócio (LCA). O custo deste dinheiro, que varia de cliente para cliente, poderá ultrapassar 18% ao ano.

A correção dos recursos para custeio a taxas de juros controladas – inferiores às praticadas pelo mercado financeiro – não acompanhou o índice de inflação de 2014, de 6,41%; muito menos cobre o aumento médio estimado de 15% nos custos de produção. Como as despesas diretas da safra 2014/15 de grãos são estimadas entre R$ 110 bilhões e R$ 120 bilhões, seria necessário mais R$ 15,5 bilhões a R$ 25,5 bilhões para cobrir o inchaço dos gastos. Pelas cifras apresentadas, para manter a área plantada no tamanho e com a mesma tecnologia do ano passado, os produtores terão de utilizar recursos próprios ou realizar empréstimos maiores a taxas livres de mercado.

Desta forma, para financiar os custos da produção, a tendência será de tomada de crédito com

RECURSOS PARA O PLANO SAFRA

R$ MILHÕES

	2013/14	2014/15	2015/16	Var. entre 2014/15 e 2015/16
1. Custeio	97,6	112,0	147,5	31,7%
Juros controlados	82,2	89,0	94,5	6,2%
Juros livres	15,4	23,0	53,0	130,4%
2. Investimentos	38,4	44,1	40,2	-8,8%
Juros controlados	38,1	43,7	33,0	-24,5%
Juros livres	0,3	0,4	7,2	1.700,0%
Total	**136,0**	**156,1**	**187,7**	**20,2%**

Fonte: MAPA

mix entre as taxas controladas do crédito rural de custeio e as livres de mercado. Nesse caso, o custo médio poderá chegar a 15% ao ano. Como a inflação, prevista em 8,79% para o ano fiscal de 2015, deve recuar para um valor próximo a 6,5% no ano-safra 2015/16 (julho a junho), em decorrência dos ajustes que estão sendo executados pelo Governo, a taxa de juros real deverá ser de 8,0% ao ano, na média. Com os juros neste nível, o produtor deve evitar tomar crédito a taxas livres e, se possível, optar apenas pelo crédito a taxas de juros controladas, com taxa real mais baixa.

Investimentos financeiros de renda fixa vinculados à Selic (taxa de juros referencial da economia brasileira), atualmente, remuneram a uma taxa líquida de aproximadamente 10,5% ao ano. Nessa situação, o produtor que tiver alguma reserva deve manter seu dinheiro investido no banco e tomar o crédito a taxas de juros controladas, o que é mais barato, entre 7,75% e 8,75% ao ano – esta é a definição do conceito de "custo de oportunidade". O crédito a taxas livres de mercado deve ser considerado em último caso, quando: em primeiro lugar, o crédito controlado disponível não for suficien-

AUMENTO DA TAXA DE JUROS AO ANO NOS FINANCIAMENTOS RURAIS

LINHA	Limite financiável	2014/15	2015/16
CUSTEIO			
Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural - PRONAMP Custeio	R$ 719 mil por beneficiário	5,50%	7,75%
Estocagem de álcool	Não tem	TJLP + 2,70%	TJLP + 2,70%
Demais produtores	R$ 1,2 milhão por beneficiário	6,50%	8,75%
INVESTIMENTO			
Moderfrota[1]/PSI[2] (até R$ 90 milhões)	R$ 90 mil	7,00%	7,50%
Moderfrota[1]/PSI[2] (acima de R$ 90 milhões)	Não tem	9,00%	9,50%
Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural – PRONAMP Investimento	R$ 385 mil por beneficiário, por ano agrícola	5,50%	7,50%
Programa de Incentivo à Irrigação e à Armazenagem – Moderinfra	R$ 2 milhões	4,00%	7,50% a 8,75%
Agricultura de Baixo Carbono (ABC)	R$ 2 milhões	4,50% a 5,00%	7,50% a 8,00%
Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica na Produção Agropecuária – INOVAGRO	R$ 1 milhão	4,00%	7,50%
Programa para Construção e Ampliação de Armazéns – PCA	Não tem	4,00%	7,50%
Programa de Modernização da Agricultura e Conservação de Recursos Naturais – Moderagro	R$ 800 mil	6,50%	8,75%
Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária – PRODECOOP	R$ 100 milhões	6,50%	8,75%
Programa de Capitalização de Cooperativas Agropecuárias – PROCAP-AGRO (capital de giro)	R$ 50 milhões	7,50%	8,00%
Programa de Capitalização de Cooperativas Agropecuárias – PROCAP-AGRO (quotas-parte)	R$ 60 milhões	6,50%	7,50%
Programa de apoio à renovação e implantação de novos canaviais – BNDES Prorenova	Não tem	TJLP + 2,70%	TJLP + 2,70%

1 Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras
2 Financia a aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas novos, fabricados no País e credenciados pelo BNDES
Fonte: MAPA

te; e, em segundo lugar, não possuir recursos próprios para aplicar na produção.

Para o crédito de investimento, o valor total de recursos será de R$ 40,2 bilhões, sendo R$ 33,0 bilhões a juros controlados, ou seja, 24,5% abaixo do período anterior – ainda assim, um crescimento real em relação aos R$ 30,8 bilhões de fato tomados para investimento na safra passada. Com a perspectiva de crescimento moderado do PIB do agronegócio para 2015 – a previsão inicial é de crescimento de 2,8%, segundo o Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada) –, puxado pelo fraco desempenho geral da economia brasileira, o crédito a taxas de juros controladas deve ser suficiente para atender grande parte da demanda.

Nesse cenário de taxa de juros controlada para investimento e, como mencionado, de inflação elevada (previsão de 6,5% no final da safra), o produtor que tomar crédito pagará uma taxa de juros real entre 0,9% e 2,8% ao ano. A este nível, não será o custo do financiamento o fator de preocupação do produtor.

Para aumentar a probabilidade de obter lucro com o negócio, o produtor (principalmente aquele que tomar crédito a taxa livre de mercado) deve fazer uma gestão eficiente de seus custos e traçar a estratégia correta para vender a produção no momento em que o preço estiver mais adequado – regras básicas que devem ser seguidas pelo administrador competente.

No caso das *commodities* que possuem preços de venda definidos em dólar, é provável que os produtores beneficiem-se, ainda, de uma provável valorização da moeda americana no segundo semestre de 2015 (o dólar estava cotado em R$ 3,09 no momento do fechamento desta edição da ***Agroanalysis***). A elevação do preço do dólar pode trazer um ganho adicional, tornando ainda mais fácil para o produtor honrar o compromisso do financiamento assumido. ■

PANORAMA DO SEGURO RURAL

Na safra 2014/15, o Governo anunciou R$ 700 milhões para o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), embora a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2014 dispusesse de apenas R$ 400 milhões. Para fechar essa conta, as seguradoras aguardam a aprovação de um crédito suplementar de R$ 300 milhões, como parte do prêmio a ser recebido das operações de seguro.

Para a safra 2015/16, o valor anunciado para o PSR foi de R$ 668 milhões. Como R$ 300 milhões já estão comprometidos para quitar as apólices do ano passado, a conta cai para R$ 368 milhões. Por sua vez, deste valor, cabe subtrair R$ 152 milhões, que o Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural (CGSR) destinou à cobertura do milho 2ª safra, do trigo e de outras culturas de inverno. No total, trata-se de um corte no orçamento de 67,6%, em comparação a 2014, o que certamente diminuirá a área coberta com seguro rural no País.

PROGRAMA DE SUBVENÇÃO AO PRÊMIO DO SEGURO RURAL

	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Número de apólices	53.000	57.000	63.000	101.000	125.000	65.000
Número de produtores	38.211	40.109	43.538	65.556	80.000	42.000
Subvenção (R$ milhões)	198	253	318	557	700	216
Capital segurado (R$ milhões)	6.652	7.339	8.780	16.840	20.000	9.600
Área segurada (milhões de hectares)	4,79	5,58	5,20	9,60	12,00	6,50

Fonte: MAPA

ETANOL

MUDANÇA DE CENÁRIO MOSTRA A FORÇA DO CONSUMO

PLINIO M. NASTARI
Presidente da DATAGRO

DESDE 2014, o consumo de etanol para uso como combustível tem crescido no Brasil a uma taxa bem superior à do mercado de ciclo Otto (em gasolina equivalente) e, é claro, ao do PIB. Em 2014, o consumo de etanol hidratado utilizado pela frota *flex* cresceu 20,1% em relação ao do ano anterior, e o de etanol anidro misturado à gasolina, 14,5%. Nesse mesmo ano, o consumo de combustível do ciclo Otto apresentou expansão de 9,2%, enquanto o PIB cresceu apenas 0,1%.

No primeiro quadrimestre de 2015 (janeiro a abril), o consumo de ciclo Otto cresceu 2,4% em relação a igual período do ano anterior; enquanto o consumo de etanol hidratado cresceu 32,6%, o de gasolina C recuou 3,7%, e o de etanol anidro recuou 0,8%. O consumo de anidro não acompanhou o recuo da gasolina C por conta do aumento na mistura de anidro na gasolina, que passou de 25% para 27% a partir de 16 de março. Mas, em abril, o consumo de etanol hidratado já cresceu 50,1% em relação ao mesmo mês do ano passado.


ISTOCKPHOTO

O vigor observado no consumo de etanol advém da disponibilidade de produto ofertado pelos produtores, que têm optado pelo etanol para diminuir a sua exposição em açúcar, por conta dos baixos preços mundiais, pressionados por estoques ainda muito elevados. O aumento no consumo é, também, reflexo de alterações nos últimos meses no regime de ICMS dos estados de Minas Gerais, Bahia e Paraná, o que beneficiou o uso de etanol hidratado pelo consumidor. Finalmente, o consumo de etanol hidratado foi beneficiado pelo retorno parcial da Contribuição para Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) sobre a gasolina no nível de R$ 0,22 por litro a partir de 16 de fevereiro – a CIDE havia sido zerada para reduzir o preço da gasolina e reduzir a pressão sobre a inflação.

O aumento no consumo de etanol hidratado deve ser comemorado, pois mostra a capacidade de recuperação deste mercado, pela crescente proporção dos veículos *flex* na frota total, e, no curto prazo, leva a um controle do volume de gasolina importada. No entanto, no longo prazo, os fundamentos do setor continuam comprometidos.

O setor ainda não tem sido capaz de recuperar o preço do etanol ou do açúcar. O açúcar continua pressionado por políticas de outros grandes países produtores que têm subsidiado a produção e a exportação, como é o caso da Tailândia e da Índia. Grandes consumidores como a China e a Indonésia têm isolado seus mercados do preço mundial mais baixo, visando proteger a indústria local, mantendo, também, controle sobre a importação. É urgente uma ação do Governo para condenar e combater essas distorções.

VARIAÇÃO DO CONSUMO DE COMBUSTÍVEL EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR

	Tecnologia utilizada na atividade	
	2014	2015 (janeiro a abril)
Etanol hidratado	20,10%	32,60%
Etanol anidro	14,50%	-0,80%
Gasolina C	7,90%	-3,70%

Fonte: ANP

No etanol, a indústria brasileira ainda não conseguiu transformar o vigor do consumo em recuperação de preço. Os motivos são a pressão de venda para financiar a safra, a redução do crédito e a deficiente comercialização no mercado interno, que carece de mecanismos que permitam a precificação prévia e o controle de risco.

Ainda permanece sem solução o elevado endividamento do setor acumulado nos últimos anos. Entre 2010 e meados de 2014, a política de preços da gasolina e do diesel aplicada pela Petrobras a mando do governo federal ceifou cerca de R$ 60 bilhões do caixa da empresa e trouxe, também, a maior transferência de renda já vista da cadeia de produção de cana-de-açúcar para o mercado. Durante este período, a defasagem de preço da gasolina foi, em média, de 16%, com pico de 27%, segundo levantamento realizado pela DATAGRO. Esta transferência forçada de renda gerou prejuízo, elevação do endividamento a nível absolutamente comprometedor em uma parte importante do setor, perda do valor dos ativos e forte desestímulo a novos investimentos em capacidade adicional de moagem, que, no futuro, custarão ainda mais ao País, na forma de dispêndios evitáveis com a importação de gasolina.

Isso tudo ocorre enquanto poderia estar sendo gerado combustível de fonte limpa e renovável gerando emprego e renda localmente. A fragilização do setor produtor de etanol tem trazido como consequência a alienação de ativos a valores abaixo do valor de reposição, com enorme perda de confiança num setor que, até recentemente, era reconhecido como um dos mais brilhantes exemplos de desenvolvimento local de tecnologia de ponta.

Desde meados de 2014, a queda nos preços do petróleo e da gasolina no mercado internacional trouxe um temporário alívio a essa distorção, o que foi rapidamente revertido com a desvalorização do real frente ao dólar. Na última semana de maio deste ano, a defasagem de preço da gasolina estava novamente estimada em 15,7%.

Para que o consumo de etanol mantenha-se no longo prazo, é preciso que ocorram, fundamentalmente, duas medidas: reparação e regulação.

Deve haver reparação para que seja compensada a transferência de renda do produtor ao consumidor. É possível calcular por unidade produtora o valor a ser reparado por litro de etanol, criando uma conta de compensação que poderia ser abatida de tributos a recolher e dívida.

A segunda medida é a regulação do mercado de combustíveis, com a definição de uma regra de precificação para a gasolina que permita o convívio em livre mercado entre o combustível fóssil e o etanol.

O Brasil substituiu, em abril, 42,4% de sua gasolina por etanol. Os Estados Unidos – atualmente o maior produtor mundial, com 54,1 bilhões de litros produzidos em 2014 – estão substituindo 9,6%. É um marco a ser comemorado e preservado, principalmente a partir da recente decisão dos líderes do G7, em Elmau, na Alemanha, de banir o uso de petróleo, gás natural e carvão até 2100.

A falta de uma política pública que preserve e permita a expansão em condições econômicas da produção e do consumo de etanol no futuro faz com que estejamos caminhando na direção contrária à que o mundo desenvolvido concluiu ser uma necessidade e uma meta global. ■

INFRAESTRUTURA PRODUTIVA

INSUMO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

FABIO MAKOTO OKUNO
Especialista em projetos de agropecuária da FGV Projetos

MUITOS PAÍSES do continente africano, envolvidos em conflitos armados na década de 90, tiveram como consequência a obsolescência ou a destruição de estradas, armazéns e redes de distribuição de água e energia.

Considerados como a última fronteira agrícola mundial, alguns destes países possuem milhares de hectares com alta aptidão à produção agrícola e com baixa densidade demográfica que são pouco aproveitados, devido, entre outros fatores, ao alto custo de produção.

A dificuldade na distribuição da produção e na chegada dos insumos e a baixa difusão de tecnologias correspondem a alguns dos elementos que acarretam a ineficiência produtiva, pela ausência de uma infraestrutura produtiva adequada. Para o desenvolvimento socioeconômico desses territórios, acredita-se que seja necessário o estabelecimento de um setor primário competitivo.

A relação entre o capital social fixo (infraestruturas) aliado à produção e o desenvolvimento regional tem motivado pesquisadores, empresários e governos a planejarem novos modelos de investimento em cadeias de produção, principalmente do setor primário, âmbito em que o valor da mercadoria final, normalmente, apresenta baixo valor agregado e é regulado pelo mercado internacional.

O retorno dos investimentos privados na agricultura, nesses locais, é seriamente dificultado sem o aporte adequado de instituições públicas, pois os investimentos em infraestruturas são caracterizados pelo alto custo e por períodos irregulares, sendo o capital social fixo um complemento ao capital privado que influencia a sua taxa de retorno. Nesse sentido, a atração de novos investimentos em territórios com pouco desenvolvimento não pode basear-se apenas em isenção e benefícios fiscais. É necessário que instituições públicas e privadas invistam de forma conjunta.

Além de otimizar os investimentos do setor privado, o conceito de infraestrutura produtiva evita, ainda, o dispêndio inapropriado em "elefantes brancos". A estratégia evita a contestação da eficiência das atividades estatais.

A infraestrutura regional é parte do capital global das economias e, devido ao seu caráter público, não é administrada pelo mercado, e sim politicamente. A ligação entre infraestrutura e crescimento econômico está bem estabelecida empiricamente. O capital em infraestrutura afeta o retorno dos insumos privados e, desta forma, estimula investimentos e trabalho. O mecanismo de transmissão é simples.

Para uma dada quantidade de fatores públicos, como melhores estradas e fontes de energia baratas e confiáveis, obtém-se maior produtividade dos fatores privados e, consequentemente, aumenta-se a competitividade do produto final. A maior produtividade e o menor custo por unidade de insumo, por sua vez, traduzem-se em elevação da remuneração dos fatores, o que estimula o investimento e o emprego.

A FGV Projetos vem desenvolvendo projetos para países africanos quanto a diversificadas ca-

deias de produção do setor primário, de acordo com as potencialidades de cada contexto, todos no conceito de infraestrutura produtiva e em larga escala.

No dimensionamento de aporte de capital para a implantação, sempre se considera, além das máquinas, benfeitorias e insumos para a produção, a contrapartida do governo local na melhoria aos acessos para distribuição. Com uma gestão precisa entre as contrapartes produtor, investidor, bancos e governo, a equipe multidisciplinar da FGV Projetos desenvolve propostas com uma concepção de benefícios múltiplos, baixos riscos financeiros e garantias de retorno. O processo inicia-se pela identificação dos principais constrangimentos e potencialidades para o estabelecimento de determinada cultura em um contexto específico.

Depois de convencionada a atividade, é realizada uma modelagem de custos, investimentos e expectativas de receita. Por serem normalmente projetos de natureza *greenfield*, busca-se sempre a alavancagem máxima do investimento em bens de capital (CAPEX). A partir desse ponto, são realizadas simulações de condições de financiamento que melhor se adequam aos interesses dos *stakeholders*.

Com o conhecimento da demanda por infraestruturas, o Estado pode direcionar seus recursos de modo adequado, a um primeiro momento em logística de transporte e armazenamento, energia e sistemas de fornecimento de água.

A geração de empregos diretos e indiretos atrairá pessoas, que irão demandar instituições de ensino, hospitais e equipamentos de saúde e, consequentemente, edifícios públicos.

A infraestrutura produtiva corresponde a um poderoso insumo no crescimento econômico, pois, por meio de suas externalidades, afeta a produtividade dos fatores e recursos regionais. ■

ISTOCKPHOTO





AGROPECUÁRIA DE MINAS GERAIS

MINAS GERAIS traduz a "diversidade" com uma cobertura vegetal de quatro biomas. Aproximadamente 85% da sua população estão em áreas urbanas, de acordo com dados do Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Possui 551 mil propriedades rurais em 853 municípios do estado, com área média de 60,8 hectares.

Com grande participação em importantes cadeias do agronegócio, a participação no PIB mineiro no agronegócio é mais do que o dobro da sua participação no PIB do setor do País.

PRODUÇÃO VEGETAL

Grãos: qualidade e produtividade

A área e a produção de grãos em Minas Gerais mantiveram-se praticamente estáveis nos últimos dez anos, entre 3,0 a 3,2 milhões de hectares e de 10 a 11 milhões de toneladas, respectivamente. Milho e soja, no conjunto, representam 90% da produção, com o restante representado por 6% para as duas safras de feijão e 4% para o algodão e o sorgo.

Para aumentar a qualidade e a produtividade da oleaginosa, com preservação dos recursos naturais e do bem-estar de trabalhadores, produtores rurais e comunidades, Minas implantou o Programa Soja Plus, focado nas gestões econômica, social e ambiental da propriedade. A iniciativa é uma parceria da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE) e do Sistema FAEMG, com o apoio da Universidade Federal de Viçosa (UFV).

MINAS GERAIS: OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO

CULTURAS	Área (mil ha)	Part. %
Grãos	3.136	5,3
Pastagens	18.217	30,9
Sistemas agroflorestais	845	1,4
Café	999	1,7
Cana-de-açúcar	907	1,5
Florestas plantadas	1.536	2,6
Vegetação nativa	19.585	33,3
Outros usos	13.740	22,0
Área total do estado	**58.879**	**100,0**

Fonte: IEF; UFLA; IBGE; Conab; ABRAF (2011); Censo Agropecuário (2006)

PRINCIPAIS CIFRAS DE 2014

ITEM	Brasil (R$ bilhão)	Minas Gerais (R$ bilhão)	Participação de Minas Gerais
PIB	5.521,3	381,8	6,9%
PIB do agronegócio	1.180,8	162,9	13,8%
Exportações totais	225,1	29,3	13,0%
Exportações do agronegócio	96,7	8,1	8,4%

Fonte: Sistema FAEMG; Cepea; IBGE

MINAS GERAIS: PARTICIPAÇÃO E *RANKING* NO BRASIL

CULTURA	Unidade	Minas Gerais	Part. Brasil	*Ranking*
Café	Milhões de sacas	23,3	51,5%	1º
Batata	Mil toneladas	1.172,1	33,3%	1º
Alho	Mil toneladas	22,8	24,1%	2º
Feijão	Mil toneladas	529,2	15,9%	2º
Cana-de-açúcar	Mil toneladas	69.020,8	10,2%	2º
Laranja	Mil toneladas	995,3	4,2%	2º
Tomate	Mil toneladas	665,5	18,7%	2º
Abacaxi	Milhões de frutos	269,7	15,4%	3º
Banana	Mil toneladas	815,8	11,4%	3º

Fonte: LSPA/IBGE (abril de 2015)

Café: gestão em foco

Minas Gerais responde pela metade da safra brasileira, vendida para mais de sessenta países. Os custos de produção constituem um dos principais gargalos do setor: nas regiões montanhosas, os gastos para produzir uma saca de 60 quilos são de R$ 535, enquanto, nas mecanizadas, em torno de R$ 386, segundo a Universidade Federal de Lavras (UFLA). Esta variação ocorre por causa do relevo na área plantada e da tecnologia aplicada, além do uso de mão de obra.

Para impulsionar a capacidade de gestão dos cafeicultores mineiros, o Sistema FAEMG realiza, há cinco anos, o Programa Café Mais Forte, com o apoio do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob Crediminas) e dos municípios. Hoje, são beneficiados cerca de 200 produtores da Zona da Mata e do sul de Minas, contra vinte no primeiro ano da ação.

Outra iniciativa de sucesso é a Semana Internacional do Café, que tem como objetivo gerar oportunidades para a cadeia produtiva brasileira no acesso a mercados e negócios.

MINAS GERAIS: PRODUÇÃO E ÁREA DE SOJA

ANO	Produção (mil toneladas)	Área (mil hectares)
2010	2.902,5	1.020,6
2012	3.073,5	1.028,3
2014	3.345,5	1.236,7

Fonte: IBGE (2014)

MINAS GERAIS: PRODUÇÃO E ÁREA DE CAFÉ

ANO	Produção*	Área**
2010	25,2	1.006,7
2012	26,9	1.028,4
2014	22,6	995,1

* Milhões de sacas; ** Mil hectares
Fonte: Conab (2015)

MINAS GERAIS: PRODUÇÃO DE CANA

ANO	Produção (mil toneladas)	Área (mil hectares)
2010	60.603,2	746,5
2012	70.521,5	871,6
2014	71.086,8	932,8

Fonte: IBGE (2014)

EXPECTATIVA PARA 2015/16

O mercado mundial de café, nos últimos oito anos, mostra taxa média anual de crescimento de 1,46% do consumo e 1,35% da oferta. Esse descompasso pressiona os preços para cima no médio prazo. O jogo deste ano está no tamanho da colheita: a estimativa dos Estados Unidos é de 52 milhões de sacas, enquanto a da Cooperativa Nacional de Abastecimento (Conab) é de 44,28 milhões de sacas.

As lavouras mineiras sofreram três secas consecutivas nos principais momentos de desenvolvimento das plantas: veranico e seca na florada em 2014 e outro veranico neste ano. Estas ocorrências impactarão a qualidade das plantações para 2016.

Cana-de-açúcar: mais etanol

Com 37 usinas instaladas, Minas é o segundo maior produtor de cana-de-açúcar do Brasil. A participação na área plantada é de 10,33%, atrás apenas de São Paulo, com 50,12%.

Na safra 2014/15, a crise enfrentada pelo setor provocou o fechamento de mais duas usinas em Minas. Nas últimas cinco safras, oito usinas foram desativadas, com perda de 8 mil empregos diretos. A quebra na capacidade de produção é estimada em 7 milhões de toneladas.

A expectativa de reversão desse cenário negativo melhorou desde 18 de março último, quando passou a vigorar a redução da alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) sobre o etanol de 19% para 14%. Para a gasolina, o ICMS subiu, para compensar a queda na arrecadação, de 27% para 29%.



EVANDRO FIUZA

Programa do Sistema FAEMG quer aumentar a capacidade de gerenciamento nas propriedades cafeeiras

Frutas: pesquisas para exportação

Com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do governo estadual, bem como com o apoio da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Sistema FIEMG) e do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais (SEBRAE Minas), o Instituto Antonio Ernesto de Salvo (INAES), braço de pesquisa e inovação agropecuária do Sistema FAEMG, desenvolve protocolo para exportação da banana-prata.

O INAES trabalha banana-caturra e banana-prata, lima-ácida Tahiti, mamão Formosa e manga Palmer, para agregar valor à produção por meio da Indicação Geográfica (IG), com gerenciamento da Associação Central dos Fruticultores do Norte de Minas (Abanorte).

Silvicultura: garantir a liderança

Minas é o maior produtor de florestas plantadas, com 1,5 milhão de hectares, o que representa 20,6% da produção nacional. O segmento contribui para a geração de empregos, cuja participação é da ordem de 460 mil trabalhadores desde a implantação e a manutenção de florestas à produção de móveis, com participação no PIB do agronegócio de R$ 3,6 bilhões em 2014. O foco comercial da madeira plantada é diversificado, desde a produção de cavacos até as indústrias de móveis e de celulose. Minas produz 80% do carvão vegetal oriundo de florestas plantadas no País.

PRODUÇÃO ANIMAL

Leite: volumes crescentes

Minas possui liderança histórica na produção leiteira nacional, com 30% de participação. A sua produção coloca o Brasil entre os três maiores produtores do mundo, atrás apenas da Índia e dos Estados Unidos. O setor também avança nos padrões de qualidade do leite, especialmente nos quesitos Contagem Bacteriana Total (CBT), cujo limite atual é 300 mil/ml, e Contagem de Células Somáticas (CCS), com máximo de 500 mil/ml.



Minas avança na qualidade do leite

BALDE CHEIO

Para promover o desenvolvimento da pecuária leiteira, o Sistema FAEMG realiza o Programa Balde Cheio. A iniciativa preconiza a adoção de técnicas de manejo de pastagem, controle zootécnico e gestão da propriedade. Os técnicos são capacitados para atender os produtores rurais. Já são mais de 2 mil produtores beneficiados, em 295 municípios mineiros.

Bovinos: Resultados em alta

Com o segundo maior rebanho bovino do Brasil, de 24,2 milhões de cabeças, atrás apenas do Mato Grosso, Minas registra valorização nos preços do boi e da vaca, com expectativa de crescimento na produção anual. As exportações são favorecidas pela retração na oferta de importantes fornecedores mundiais, como os Estados Unidos e a Austrália.

Suínos: preços melhores

Com o quarto rebanho do Brasil, os suinocultores mineiros sentiram os bons efeitos da melhoria dos mercados interno e externo. A queda de 4% no volume exportado foi compensada pela alta de 16,9% da receita cambial, atingindo US$ 1,6 bilhão. Além disso, o embargo da Rússia à importação de alimentos dos Estados Unidos e da União Europeia elevou o total de frigoríficos em operação no País de quatro para doze. No estado, houve crescimento de 2,23% na produção e alta de 10,29% na renda.

PECUÁRIA SUSTENTÁVEL

Como parte da estratégia para ampliar a competitividade do setor em Minas, o Instituto Antonio Ernesto de Salvo (INAES) passou a fazer parte do Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável (GTPS), que difunde boas práticas de manejo e sustentabilidade entre os diversos segmentos da cadeia de valor da pecuária de corte brasileira.

Estima-se que haja 15 milhões de hectares com pastagem degradada no estado que podem ser utilizados para aumentar a produtividade agropecuária a partir da agregação de tecnologia no campo. Nesse sentido, Minas destaca-se na aplicação dos recursos do Programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC), lançado na safra 2010/11 pelo governo federal. A meta para 2020 é chegar a 260 mil hectares no Programa de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF) e recuperar 2,1 milhões de hectares de pastagens degradadas.

Aves: cenário favorável

O ano de 2015 começou com foco na recuperação de preços, com equilíbrio na oferta e na demanda da cadeia. Entre os aspectos favoráveis, estão as safras recordes de grãos no Brasil e nos Estados Unidos, que garantem melhor margem operacional à indústria. Minas participa com 9,5% do mercado avícola nacional.

Caprinos e ovinos: oportunidades

Minas assiste ao fortalecimento da ovinocaprinocultura. De 2001 a 2012, a criação de caprinos cresceu 40% e a de ovinos, 30%. A FAEMG reativou sua Comissão Técnica de Ovinos e Caprinos, com uma importante conquista: a isenção do ICMS para as saídas de animais, inclusive interestaduais.

MINAS GERAIS: PRODUÇÃO E REBANHO ANIMAL

PRODUTO	Quantidade	Participação na produção do País	*Ranking* em relação a outros estados
Produção			
Leite (mil litros)	9.309.165	27,2	1º
Ovos (mil dúzias)	352.412	9,7	3°
Rebanho			
Bois gordos (cabeças)	24.201.256	11,4	2º
Suínos (cabeças)	5.073.897	13,8	4º
Frangos (cabeças)	98.009.849	9,5	5°

Fonte: IBGE (2013)

Entrevista com Roberto Simões, presidente do Sistema FAEMG (Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais)



RAFAEL MOTTA

Qual é sua avaliação do Plano Agrícola e Pecuário 2015/16?

Com o volume de R$ 187,7 bilhões, o Plano praticamente atendeu as solicitações do setor, apesar da queda no item investimento. Entretanto, os juros anunciados – entre 7,00% e 8,75% ao ano, dependendo da modalidade de crédito – ficaram bem acima do esperado. Tendo em vista a forte contribuição do setor para a economia, esperávamos que houvesse maior estímulo para seu crescimento. Já trabalharemos, neste ano, com custo elevado em adubos, defensivos, combustíveis e mão de obra. O acréscimo de juros bastante altos resultará em uma safra substancialmente mais cara do que a do ano anterior, o que levanta questionamentos se o produtor encontrará preços compensatórios para continuar seu trabalho. Outro ponto fraco diz respeito ao seguro rural: não houve referência clara ao montante e aos prazos ou menção aos valores em aberto do ano anterior.

Como o senhor analisa o acesso ao crédito rural?

Os tomadores de crédito encontram dificuldades quando têm problemas na reformulação de seu fluxo de caixa e acabam reclassificados quanto ao risco pelos bancos, que passam a recusá-los. Deste modo, pode ocorrer de haver recurso e não termos tomadores, por incapacidade. É um problema que se intensificará a partir de agora, quando começarão a vencer os compromissos anteriores e, em função da seca, muitos produtores não conseguirão honrar seus compromissos, caindo na reclassificação.

O que o setor propõe para o problema do endividamento?

Nós mobilizamos nossas bases, e mais de 600 produtores rurais, de todas as regiões do estado, foram à Assembleia Legislativa para reivindicar a criação de uma política oficial que possibilite a renegociação dos débitos em termos compatíveis com o cenário atual. São condições imprescindíveis para que a ação reivindicada seja eficaz: necessidade de revisão dos saldos devedores do crédito rural – incluindo as dívidas remanescentes do Programa de Securitização e do Plano Especial de Saneamento de Ativos (PESA) desde a década de 1990 –; alongamento dos prazos de pagamento; e subvenção dos juros. Apresentamos à ministra da Agricultura, Kátia Abreu, a realidade que o setor tem enfrentado em Minas e, agora, queremos que os demais estados juntem-se a nós para levarmos a Brasília a demanda pela renegociação imediata das dívidas.

Qual é o maior desafio dos produtores rurais atualmente?

Já se espalham pelo País conflitos envolvendo a irrigação agrícola, a geração de energia e os consumos industrial e humano da água. Na Região Metropolitana de Belo Horizonte, o racionamento e a cobrança de tarifa de contingência ameaçam milhões de consumidores. Nas bacias que abastecem a região, as vazões outorgadas para consumo humano e abastecimento público correspondem a 62% e 44%, respectivamente, nos rios das Velhas e Paraopeba. À irrigação cabem as parcelas de 27% e 16%, enquanto o consumo in-

dustrial representa 10% e 40% das vazões. A economia de água e o combate ao desperdício, além da adoção de sistemas e equipamentos eficientes de distribuição, ganham destaque, paralelamente às técnicas de reuso e à ampliação do alcance de tecnologias de uso racional dos recursos hídricos.

Como os produtores mineiros podem enfrentar a crise hídrica?

Indispensável será a participação do produtor num dos mais importantes programas da história da FAEMG: o Nosso Ambiente. Esta ação, coordenada há anos pela Federação, está sendo dinamizada, com o objetivo de ampliar nossas ações para a melhoria da gestão ambiental, contribuindo para a sustentabilidade dos empreendimentos rurais no estado. Nossos técnicos, com assistência de empresas especializadas, estão estruturando projetos e ações, que serão levados à discussão com todos os setores sociais. Em junho, reunimos, em Belo Horizonte, produtores, profissionais de agronomia e do meio ambiente, ambientalistas, acadêmicos, técnicos e autoridades governamentais no II Seminário Ambiental "Solo e Água – Manejo e Conservação". O nosso programa vai mostrar nossa determinação de conservar o ambiente. Não há nenhuma outra atividade que dependa tanto das condições naturais para produzir. A riqueza ambiental é um patrimônio da humanidade, e o produtor rural coloca-se na vanguarda da sua proteção.

Quais são os outros projetos prioritários do Sistema FAEMG?

Temos realizado vigoroso programa de treinamento para funcionários, dirigentes, lideranças e produtores rurais. O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) beneficia mais de 180 mil pessoas anualmente. E o nosso Instituto Antonio Ernesto de Salvo (INAES), por meio de projetos que visam ao aumento da competitividade do meio rural, tem ampliado suas atividades, trabalhando com certificação de propriedades, desenvolvimento de indicações geográficas e marcas/territórios e promoção e melhoria de produtos mineiros.

Como o setor deve posicionar-se neste momento de crises de toda ordem?

Nossa missão é engajarmo-nos como protagonistas do que o mundo espera de nós, ou seja, o crescimento da nossa produção de alimentos em, no mínimo, 40% até o ano de 2020, para atendermos o grande crescimento populacional. As palavras de ordem, portanto, são "gestão", "produtividade", "inovação", "qualidade" e "sustentabilidade".

SENAR MINAS

Sintonia com o mercado rural

A preparação das pessoas é uma das diretrizes do sistema sindical rural mineiro. Com 22 anos de existência, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR MINAS) cresce a cada ano. Em 2014, beneficiou mais de 180 mil pessoas, crescimento de 8,29% na realização de cursos em relação a 2013. E já começou 2015 batendo suas metas.

Em pouco mais de duas décadas, o SENAR MINAS já treinou gratuitamente cerca de 1,5 milhão de pessoas, sempre tendo como foco os anseios do mercado de trabalho rural e as necessidades do agronegócio e das comunidades rurais. Além dos mais de 300 cursos tradicionais, investe permanentemente em novos projetos, em conformidade com a realidade do campo e o planejamento participativo com suas entidades cooperadas.

Dentro da iniciativa do Sistema FAEMG de tornar mais expressiva a participação rural na defesa, na conservação e no consumo racional da água e dos demais recursos naturais, o SENAR MINAS capacitou instrutores em recuperação e proteção de nascentes. O próximo passo será composto pela elaboração de material pedagógico para as capa-

citações e pela realização de um curso-piloto com um grupo de produtores. A partir daí, os treinamentos serão disponibilizados aos sindicatos dos produtores rurais, para que possam oferecê-los em seus municípios.

Outra nova iniciativa de destaque é o Programa Minas Jovem Rural, que busca apoiar o processo sucessório na agricultura familiar, preparando aqueles que quiserem assumir os negócios no campo. A iniciativa contempla três eixos: a formação do cidadão, a capacitação para o agronegócio e a preparação de lideranças.

Para 2015, uma das metas do SENAR MINAS é a ampliação do portfólio de treinamentos, cursos e programas, atendendo novas demandas decorrentes da modernização no agronegócio e do apoio à qualidade de vida das famílias rurais. Outras ações prioritárias são: a formação de novos instrutores, por meio de parceria com a Universidade Federal de Viçosa (UFV); o ensino a distância; a melhoria da estruturação das ações de suporte a projetos que viabilizam o empreendedorismo; a expansão das relações de parceria com instituições públicas e privadas; e os investimentos na capacitação de instrutores, técnicos e gestores. ■

FPR E PS: 1º QUADRIMESTRE DE 2015

LINHAS DE AÇÃO	Nº de eventos	Cumprimento das metas
Formação Profissional Rural (FPR)	2.656	112,11%
Promoção Social (PS)	869	101,88%

Fonte: SENAR MINAS



SENAR MINAS

Capacitação de instrutores em recuperação de nascentes foi realizada em Manhuaçu, Zona da Mata mineira

FELIPE BARROS



CADERNO ESPECIAL

APROSOJA: DEZ ANOS

PENSAR NA AGRICULTURA DO FUTURO

RICARDO TOMCZYK
PRESIDENTE DA APROSOJA

EM DEZ anos de atuação, a Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja) tratou de temas importantes. No começo, a prioridade era com a renda e o endividamento. Trabalhou-se, então, junto ao governo federal e aos bancos, na renegociação das dívidas, para os agricultores ganharem fôlego e continuarem a produzir.

Em seguida, vieram as dificuldades de um ambiente jurídico instável em relação às questões ambientais, quando da aprovação do Código Florestal, em 2012. Depois, com o aumento na produção estadual, buscaram-se as melhorias na infraestrutura e na logística para o escoamento das safras.

Agora, chegou a hora de refletir em conjunto os resultados e as necessidades atreladas ao desenvolvimento sustentável da propriedade rural. O convite é levar aos associados e aos formadores de opinião uma visão ampla da produção.

É preciso um olhar crítico sobre a produção para buscar mais eficiência e equilíbrio. Para produzir mais e melhor, é necessário fomentar o debate junto aos produtores, aos pesquisadores, aos consultores e à Academia. É chegada a hora de quebrar os paradigmas, com discussões sobre as práticas superadas e aquelas a serem desenvolvidas. Cabe, portanto, ver a produção de forma sistêmica: o melhoramento genético, as inovações tecnológicas, a sustentabilidade econômica e as boas práticas agrícolas são imprescindíveis para uma agricultura de sucesso.

A largada desse processo será no I Simpósio Agroestratégico, no dia 9 deste mês, que terá como tema central "Repensando a Agricultura do Futuro". Este encontro será antes do lançamento do Circuito Aprosoja, o maior evento da entidade, que percorrerá os 22 municípios produtores de soja onde a Aprosoja possui núcleos representativos.



CRESCIMENTO CONSTANTE

A partir dos anos de 1960, os produtores rurais, principalmente do Sul do País, começaram a abertura das áreas no cerrado do estado de Mato Grosso. O governo federal, com a política de "integrar para não entregar", incentivava o desbravamento do Centro-Oeste. Já na década de 1980, a sojicultura estadual ocupava 1 milhão de hectares, sendo que, nos períodos seguintes, a sua escala de produção continuou a crescer.

No começo da década passada, os cultivos já eram mais extensivos e empregavam alta tecnologia. Mas, em 2004, os altos custos de produção, devido à ferrugem asiática, e os preços baixos descapitalizaram o setor. Diante dessa situação desfavorável, os produtores rurais de Mato Grosso uniram-se e fundaram a Aprosoja. O resultado foi um salto enorme na agricultura do estado.

Mato Grosso chegou a uma área de 8,9 milhões de hectares de soja na safra 2014/15, sem contar as demais culturas, como milho, algodão, girassol, entre outras, que movem a economia estadual.

PRODUTIVIDADE ESTAGNADA

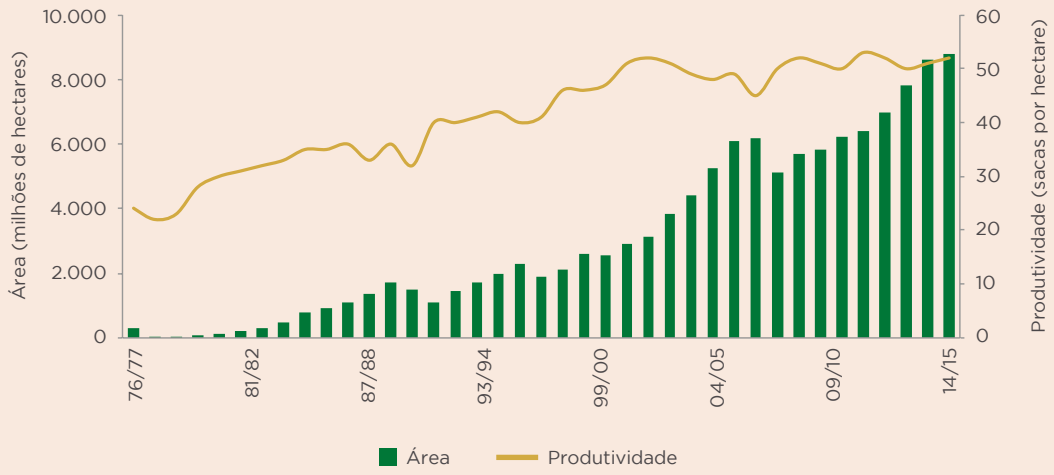
Mato Grosso é o maior produtor de soja no Brasil. Em termos de produção total, isso representa 30% da nacional e 9% da mundial. Estes grãos ocupam apenas 9,2% da área do estado, devido à utilização de tecnologias modernas do plantio à colheita. Apesar de se manterem acima da média nacional, os agricultores estão percebendo uma estagnação da produtividade.

MATO GROSSO: ÁREA E PRODUÇÃO DAS CULTURAS

	Área (milhões de hectares)			Produção (milhões de toneladas)		
	2003/04	2014/15 (previsão)[2]	Variação entre as safras 2003/04 e 2014/05	2003/04	2014/15 (previsão)[2]	Variação entre as safras 2003/04 e 2014/05
Algodão[1]	0,44	0,56	**28,4%**	0,61	2,19	**257,3%**
Girassol	0,01	0,09	**884,9%**	0,02	0,14	**823,8%**
Milho	0,97	3,34	**243,9%**	3,45	18,35	**432,3%**
Soja	5,24	8,92	**70,2%**	15,01	28,13	**87,4%**

1 Em pluma; 2 Estimativa em junho de 2015
Fonte: Conab

MATO GROSSO: ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DA SOJA



CULTIVARES PRECOCES E DE MENOR CICLO

CLAUDINEI KAPPES
PESQUISADOR DA FUNDAÇÃO MT

A ferrugem asiática em Mato Grosso desencadeou mudanças no sistema de produção. Além do uso de fungicidas e da prática do vazio sanitário, para minimizar os problemas da doença, o produtor passou a utilizar cultivares de soja mais precoces. Com isso, o milho 2ª safra ganhou importância no estado, com produtividades crescentes por área plantada.

Como resultado, intensificou-se o sistema de produção, com duas safras ao ano, o que pode ter levado a uma generalização dos problemas com fitonematoides e a ferrugem asiática, além do aparecimento de novas pragas, como a *Helicoverpa armigera*, bem como as práticas não adequadas de manejo de solo.

Na rotação de culturas, embora muitos produtores estejam cientes da necessidade e dos benefícios agronômicos desta prática, a realidade mais comum em Mato Grosso é a sucessão de culturas. A primeira das operações exige conhecimento e responsabilidade técnica durante seu planejamento e sua execução. Ao mesmo tempo, é preciso levar em conta as finalidades das espécies vegetais (comercial, recuperação de solo e manejo de fitonematoides).

Tecnologias para os ciclos de produção

ALEXANDRE SCHENKEL
DIRETOR DA APROSOJA E VICE-COORDENADOR DA COMISSÃO DE DEFESA AGRÍCOLA

São poucos os estados, como Mato Grosso, com dois ou três ciclos de produção consecutivos num mesmo ano-safra. Por isso, os produtores rurais precisam ampliar o uso de integração lavoura-pecuária, rotação de culturas, palhada sobre a superfície do solo, sistema de plantio direto, além da correta utilização de fertilizantes e defensivos agrícolas, entre outras práticas.

PROBLEMAS FITOSSANITÁRIOS

NERY RIBAS
DIRETOR TÉCNICO DA APROSOJA E PRESIDENTE DO COMITÊ ESTRATÉGICO SOJA BRASIL (CESB)

Na fase pioneira, com dificuldades como a falta de tecnologia e recursos financeiros escassos, não havia um acompanhamento técnico adequado das lavouras. Predominava o plantio convencional, utilizando maquinário simples para fazer a aração e a gradeação. Com esse sistema, surgiram os primeiros problemas com nematoides, cancro-da-haste, entre outros.

Mais recentemente, com a incorporação de novas áreas sem a devida correção do solo e a disseminação de pragas e doenças, como a *Helicoverpa armigera* e nematoides, o rendimento das lavouras ficou comprometido.

A retomada do Manejo Integrado de Pragas (MIP), ferramenta disponível há mais de trinta anos, e a adoção do Manejo Integrado de Doenças (MID) durante os cultivos agrícolas são fundamentais. Os produtores devem ficar sempre atentos à presença, ao dano e à população de pragas e doenças, contando com a orientação de um profissional habilitado para apoiá-los.

A Aprosoja trabalha com a difusão do MIP por meio da realização de eventos técnicos, em parceria com entidades como Embrapa, SENAR-MT, Fundação MT, entre outras instituições.

Com relação à rotação de culturas, mesmo diante dos benefícios agronômicos, inclusive na diminuição de pragas e doenças, tal prática é pequena, motivada pela necessidade de um bom planejamento. O desafio é grande.

DIVERSIFICAÇÃO DE CULTURAS

ADOLFO PETRY
COORDENADOR DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGRÍCOLA DA APROSOJA E PRODUTOR AGRÍCOLA

Os produtores rurais de Mato Grosso deparam-se com aumento no custo de produção da soja: o valor passou de R$ 1.968,84 para R$ 2.654,60

VAZIO SANITÁRIO


JOSÉ TADASHI

Instituída em 2006, esta medida fitossanitária estabelece um período proibitivo para cultivo de soja como forma de prevenção e controle da ferrugem asiática (*Phakopsora pachyrhizi*). Desta forma, esta prática tornou-se uma importante ferramenta para diminuir os prejuízos com a doença na entressafra.

A Aprosoja orienta seus associados sobre a importância de se cumprir o vazio sanitário. Como a sojicultura é a base da economia estadual, uma queda na produtividade impacta o mercado local e diretamente a arrecadação pública. É uma doença do campo que atinge a cidade, pois todos estão integrados.

A Associação também lançou, em 2014, uma campanha para orientar os produtores rurais a usarem fungicidas de diferentes modos de ação, para evitar uma diminuição de sua eficiência. A ação é uma parceria entre a Aprosoja, a Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef) e o Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso (Indea/MT).

– Projeto Referência

É uma rede de difusão de informações gerenciais sobre a produção agrícola, obtidas a partir da análise de indicadores de gestão de propriedades, que são monitorados e avaliados por uma equipe técnica. A partir daí, é construído um banco de práticas para ser acessado pelos associados, sem a identificação dos participantes.

Mediante modelo de *benchmarking*, o associado pode replicar ações com eficácia comprovada em sua propriedade. Desde 2010, os participantes contam com *software* específico para acompanhar os indicadores de forma eletrônica. A partir do ano passado, a Aprosoja passou a promover encontros entre produtores de uma mesma região para verificar problemas e discutir soluções para as propriedades rurais.

– Soja Plus

Desenvolvimento de gestões econômica, social e ambiental da propriedade rural para os produtores adequarem-se às leis federais e estaduais tanto no âmbito ambiental, como no trabalhista. Para auxiliar na capacitação dos agricultores, a Aprosoja oferece gratuitamente um programa de melhoria contínua da propriedade rural. Participam do projeto a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural de Mato Grosso (SENAR-MT).

entre as safras 2012/13 e 2015/16 (estimativa de março de 2015), de acordo com dados levantados pelo Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (IMEA).

Para se sustentar no ambiente de mercado volátil, o agricultor deve estar capacitado em termos de gestão, com as contas organizadas. A cada temporada, as dificuldades com as tecnologias de produção estão sempre presentes. A diversificação das culturas na propriedade rural é uma estratégia para tornar o negócio mais duradouro e remunerador.

Com a experiência adquirida na produção de soja, milho e gado, conseguimos fazer negócios em dois períodos, vendendo soja e milho e comprando gado. No campo, o gado constitui reserva de capital, uma espécie de poupança para usar quando for preciso "fazer" dinheiro. Quando se planta diversas culturas e investe-se no manejo integrado lavoura-pecuária, o produtor fica menos exposto às variações do mercado.

ESTRATÉGIAS DE MANEJO

RAFAEL M. PITTA
PESQUISADOR DA EMBRAPA AGROSSILVIPASTORIL

As condições edafoclimáticas de Mato Grosso permitem o cultivo de duas safras por ano, acrescidas de uma terceira, se for irrigada. A intensificação dos sistemas de produção implica maiores períodos de exposição das culturas aos insetos-praga. Isso favorece o processo de adaptação a outros hospedeiros, como a lagarta-da-maçã (*Heliothis virescens*), praga típica do algodão que, agora, ataca a soja, e a lagarta falsa-medideira (*Chrysodeixis includens*), praga da soja que se adaptou ao algodoeiro.

Estas duas espécies são bons exemplos de como o sistema produtivo influencia na dinâmica das pragas, pois, ao se adaptarem a estes dois hospedeiros (soja e algodão), sua permanência no campo é favorecida. As altas infestações de pragas aumentam o uso de produtos para controle e, consequentemente, oneram o custo de produção.

PLANTIO DIRETO: UMA OPÇÃO

ALVADI ANTONIO BALBINOT JUNIOR
PESQUISADOR DA EMBRAPA SOJA

As produções de alimentos, fibras e agroenergia dependem da interação dos recursos genéticos utilizados, do ambiente de produção e da interação. A qualidade do solo influencia o desempenho das culturas agrícolas, sendo determinada, em grande parte, pelo manejo adotado.

O SPD foi, sem dúvida, uma das maiores inovações que a agricultura experimentou e representa uma forma inteligente de conciliar produção e conservação ambiental.

Vantagens do Sistema de Plantio Direto (SPD)

- Redução de consumo de combustíveis fósseis e menor emissão de gases do efeito estufa, para arar e gradear o solo;
- Diminuição da erosão hídrica e melhora das condições térmicas do solo;
- Menor infestação de plantas daninhas;
- Aumento da biodiversidade do solo;
- Queda de tempo com mão de obra e máquinas;
- Maior sequestro de CO_2 atmosférico.

RANKING NO USO DO PLANTIO DIRETO
MILHÕES DE HECTARES

País	Área
Estados Unidos	35,6
Brasil*	31,8
Argentina	29,2
Canadá	18,3
Austrália	17,7

* Mato Grosso sozinho corresponde a 11,1 milhões de hectares
Fonte: FAO

MANEJO DOS SISTEMAS PRODUTIVOS

CESAR DE CASTRO
PESQUISADOR DA EMBRAPA SOJA

ADILSON DE OLIVEIRA JR.
PESQUISADOR DA EMBRAPA SOJA

No Antigo Testamento, há uma citação de que o homem pode viver até os 120 anos. Mas, somente recentemente a Ciência discute e até admite esta possibilidade. Ficam as perguntas: por que a expectativa de vida gira em torno de oitenta anos, mesmo nos países desenvolvidos? Estarão equivocadas as escrituras sagradas e a Ciência?

A resposta não é simples, mas, em grande parte, não somos mais longevos e saudáveis porque, durante a nossa vida, assumimos ações e práticas de risco, muitas vezes por desconhecimento.

Este pequeno preâmbulo é um singelo paralelo entre o potencial da nossa vida e o potencial produtivo das culturas.

Não temos a pretensão de ter a chave mestra para se alcançar produtividades próximas ao valor máximo teórico das culturas. Contudo, é preponderante minimizar os principais fatores limitantes da produtividade.

O sistema produtivo será tão mais eficiente quanto maior a adoção de tecnologias comprovadas cientificamente, capazes de mitigar os estresses de origens biótica (insetos-praga, plantas daninhas e doenças, por exemplo) e abiótica (déficit hídrico, baixa fertilidade, compactação e alumínio tóxico, entre outros), e, ao mesmo tempo, serem economicamente viáveis.

A correção do solo está associada ao uso do calcário e do gesso para reduzir a acidez nas camadas superficiais, com o fornecimento de cálcio, magnésio e enxofre.

Estas práticas aumentam o volume de solo explorado pelas raízes, possibilitando maior disponibilidade de água e nutrientes às plantas.

A melhoria da fertilidade faz-se com:
• ajuste da adubação via análise química do solo;
• conhecimento da demanda das culturas; e
• avaliação do estado nutricional das plantas.

É aí que entra a lei do mínimo, de Liebig, que estabelece que a "produtividade das plantas é limitada pelo nutriente em menor disponibilidade". Uma nutrição equilibrada da soja consiste em avaliar a disponibilidade dos nutrientes e fornecê-los nas quantidades e nos momentos adequados à cultura.

Portanto, se a demanda das plantas não for suprida pelas reservas do solo, complementada via FERTILIZANTES, será pelo SOLO, conduzindo ao processo gradual de esgotamento das reservas de potássio.

De um modo geral, a análise de solo, a "pedra angular" do manejo da sua fertilidade, não é rotineiramente bem utilizada e, muitas vezes, é relegada a simples formalidade.

O segredo para a obtenção de altas produtividades passa pela correção do solo e pelo fornecimento dos nutrientes às plantas, bem como pelas práticas voltadas para as plantas expressarem seu potencial genético.

POTENCIAL TEÓRICO DE PRODUTIVIDADE
TONELADAS POR HECTARE

	Produtividade na safra 2014/15 no Mato Grosso	Potencial teórico
Milho	7,2	28,0
Soja	3,1	11,0

Pontos comuns nas áreas de grandes produtividades de soja

• Correção da fertilidade do solo;
• Adoção do sistema de plantio direto;
• Manejo da adubação em função do potencial produtivo;
• Utilização de cultivares altamente produtivas;
• Controle de plantas daninhas, pragas e doenças;
• Monitoramento.

ENTREVISTA

FAZENDA CAPUABA: UM CASO DE SUCESSO NO NORTE DE MATO GROSSO



O paulistano José Eduardo de Macedo Soares Junior, o Zecão, chegou a Mato Grosso em 1981. Formado em Agronomia, veio trabalhar em uma consultoria e comprou terras. Há 34 anos trabalha com lavoura em Lucas do Rio Verde. Na propriedade de 1.800 hectares, cultiva soja, milho 2ª safra, arroz, sorgo e feijão irrigado.

Aprosoja: Por que acreditar no manejo do sistema produtivo?

Zecão: Utilizamos a rotação de culturas há muitos anos, com resultados positivos. A quase totalidade dos produtores no Cerrado faz monocultura com algodão, soja e milho em

sucessão. Esta prática causa problemas, pois traz mais doenças fúngicas e de raízes e, ainda, limita muito a reciclagem de nutrientes. Com a rotação, percebemos, a cada ano, custo de produção menor e produtividade maior.

Aprosoja: Como era a propriedade antes de implantar a rotação de culturas?

Zecão: "Abrimos" nossa propriedade em 1986. Na época, trabalhávamos com sistema de preparo de solo convencional, com o revolvimento de todo o solo. Três anos depois, implantamos o plantio direto, que não era o verdadeiro, mas simplesmente semear o milheto e plantar a soja. A seguir, começamos o plantio de milho em sucessão com a soja. Já na década de 1990, verificamos problemas com pragas, doenças fúngicas e de solo, mais a compactação do terreno com o aparecimento de nemtaoides, e, há oito anos, adotamos a rotação de culturas. O planejamento da cobertura de plantas na entressafra diminui muito a pressão de nematoides. A cobertura do solo é um desafio para a agricultura do estado, porque é o caminho para aumentar a produtividade.

Aprosoja: Como a rotação funciona?

Zecão: Usamos bastante cobertura. Um quarto da área é coberto com arroz e os outros três quartos, com soja. Fazemos a rotação das áreas para produzir sementes de arroz. No final de quatro anos, cobrimos todas as áreas. Na segunda safra, há a produção de sorgo e milho, sempre em consórcio com braquiária ou crotalária. A cobertura com uma diversidade de culturas melhora a estrutura do solo e a biomassa.

Aprosoja: Como foi a implantação deste manejo? Foi preciso usar muitos recursos materiais ou técnicos?

Zecão: O produtor deve simplesmente mudar a mentalidade quanto à forma de enxergar a agricultura; pensar a médio e longo prazos; entender que precisa fazer a rotação porque esta melhora o solo e aumenta a produtividade da propriedade. É sempre difícil mexer no tradicional, num modo de produzir que, bem ou mal, está dando certo há décadas.

Aprosoja: O que é real e o que é teoria no manejo do sistema produtivo?

Zecão: O maior problema para a implantação são as poucas opções de culturas comerciais. Estamos muito longe dos centros consumidores. Não adianta plantar batata, porque há falta de consumidor. Por isso, trabalhamos com *commodities*. Atualmente, temos algodão e soja na safra de verão e alguns poucos plantando arroz em áreas de abertura. Mesmo com essas opções, temos dificuldades, como, por exemplo, na produção de algodão em rotação com pastagem forrageira. A integração lavoura-pecuária-floresta é fantástica, mas não fazemos, por falta de escala. O grande desafio para a produção e a pesquisa é aumentar a diversidade. Acreditamos na cana-de-açúcar como opção e, também, na necessidade de transformar esses grãos em proteína.

Aprosoja: A produtividade aumentou depois do manejo?

Zecão: A agricultura é muito dinâmica. Diversos fatores influenciam na sua produção. Se o clima não ajudar, a produtividade é baixa, mesmo com todo o manejo correto. Porém, observamos grande aumento da produção e, também, da fertilidade do solo. Fizemos um ensaio em uma área com bastante matéria orgânica; colhemos 95 sacas por hectare de soja. O potencial de produção é muito maior do que verificamos atualmente. Esse sistema de rotação diminui o custo de produção. Acreditamos nesse caminho para a agricultura em Mato Grosso. O grão será o carro-chefe da economia do estado por muitas décadas ainda, mas precisamos diminuir a pressão da monocultura da soja.

Aprosoja: O manejo possui pontos positivos do lado da agronomia, mas é viável economicamente?

Zecão: A questão econômica na atividade agrícola deve ser o objetivo básico. Para viabilizarmos economicamente a propriedade, tivemos de mudar. Não colhíamos mais de 35 sacas por hectare, por causa dos nematoides. Fomos pioneiros, junto com o Munefumi Matsubara, no plantio direto no estado, em 1988. Sempre estivemos voltados para esse lado da ecologia e da sustentabilidade, mas nunca perdemos a noção de estarmos numa atividade econômica. ■

CULTIVANDO O FUTURO

JUNTOS PELA DEFESA VEGETAL

EDUARDO DAHER

Economista pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP), pós-graduado pela FGV-SP e diretor executivo da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef)

NOS ÚLTIMOS dezoito anos, o Brasil evoluiu muito. E o campo ajudou o País a superar desafios incríveis, distribuindo riqueza e desenvolvimento sustentável por todas as regiões.

Onde o País investiu em agricultura moderna, com educação e treinamento para o homem do campo, a evolução foi ainda mais surpreendente. Com o esforço do agro brasileiro, temos, hoje, dezenas de cidades agrícolas com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) equivalente a países de primeiro mundo.

Mas, analisar o agronegócio apenas pelo âmbito econômico é pouco, quando comparado com o grande poder que este setor tem em desenvolver regiões distantes dos grandes centros urbanos.

Pesquisa realizada pela consultoria alemã Kleffmann aponta que, nas regiões onde o agronegócio é a base da economia, toda a sociedade foi positivamente influenciada com ganhos consideráveis na qualidade de vida. Como consequência, essas regiões se tornaram polos de migração a nível nacional e referência em geração de oportunidades. De forma geral, municípios agrícolas tiveram índices de evolução do IDH acima dos apresentados pelos municípios não agrícolas.

Ou seja, a adoção de tecnologia nas lavouras, caracterizada, por exemplo, pela adoção de defensivos agrícolas na proteção dos cultivos, gera, além de notáveis ganhos de produtividade, a aceleração do desenvolvimento humano, proporcionando ganhos amplos à sociedade.

Para celebrar esses resultados, ao completar dezoito anos, no dia 29 de junho de 2015, o Prêmio ANDEF passou a chamar Prêmio Defesa Vegetal. Assim, ele materializa o desejo de evoluir, como o próprio campo brasileiro tem feito, e abrir espaço para todos os milhões de brasileiros que atuam na defesa do nosso alimento.

São parceiras nesta empreitada, ao lado da Andef: a Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários, (ANDAV); o Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (inpEV); e a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Ao longo dos últimos dezoito anos, os projetos das indústrias fabricantes de defensivos, das centrais de recolhimento, dos canais de distribuição e das cooperativas beneficiaram expressivos 20 milhões de agricultores, trabalhadores rurais e comunidades.

E este número pode ser ainda maior. O Prêmio Defesa Vegetal é um convite para que possamos dar um novo salto de desenvolvimento sustentável. Afinal, o interesse em proteger os alimentos, os recursos naturais e a qualidade de vida da população é de toda a sociedade, porque, enfim, somos todos defesa vegetal. ■

O PODER DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Um estudo publicado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR) e pelo Instituto Internacional de Sustentabilidade (IIS) no ano passado comprova o impacto da assistência técnica e da extensão rural na renda auferida pelos produtores.

O trabalho concluiu que, entre as propriedades rurais com perfis de produção médio e grande, agricultores que não recebem cursos de formação, assistência técnica e extensão rural obtêm um valor básico de produção de R$ 232 por hectare, enquanto aqueles que contam com maior conhecimento alcançam R$ 996. Entre os agricultores familiares, o valor da produção, por hectare, passa de R$ 639 para R$ 2.309.

DIÁRIO DE BORDO

MÃO E CONTRAMÃO

ROBERTO RODRIGUES

Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro), embaixador especial da FAO para as Cooperativas e presidente do LIDE Agronegócio

JUNHO FOI um mês pródigo de anúncios relevantes para o agro brasileiro. Logo no comecinho do mês, ficamos sabendo dos resultados do PIB do primeiro trimestre de 2015 em relação ao quarto trimestre de 2014: o do Brasil caiu 0,2%, em boa parte devido às quedas da indústria (-0,3%) e dos serviços (-0,7%). Em compensação, a agropecuária cresceu 4,7%, impedindo uma redução ainda maior do PIB nacional. Se a comparação fosse feita entre os primeiros trimestres do ano passado e deste, veríamos que o PIB nacional encolheu 1,6%, de novo com redução da indústria (-3,0%) e dos serviços (-1,2%), enquanto, mais uma vez, o agro cresceu (+4,0%).

Os dados mostram a importância da economia rural frente à total, e, talvez, no saldo comercial internacional esteja a maior clareza da pujança do campo brasileiro: se considerados os últimos doze meses, as exportações do nosso agronegócio já somam US$ 91,38 bilhões, com um belo superávit de US$ 75,99 bilhões.



Esses números todos, somados aos 30% dos empregos brasileiros gerados pelo agronegócio, não são novidade nenhuma para o setor, mas deve ter sido o argumento esgrimido pela ministra Kátia Abreu junto à presidente da República para obter um Plano Safra (PAP) melhor do que se esperava. Em meio ao ajuste fiscal, que pressupõe contenção de crédito, o volume de recursos destinado ao crédito rural foi 20% maior do que o do ano passado, chegando a R$ 187 bilhões. Os juros ficaram mais altos, como se esperava, e os recursos para investimentos caíram, reflexo do cenário pouco animador para as margens em 2016. Com as barbas de molho, produtores estão impressionados com a alta dos custos, combinada com a queda dos preços das *commodities*.

Pena foi a redução do orçamento para o seguro rural, maior calcanhar de aquiles da renda agrícola brasileira, e para investimentos no Programa ABC, justamente quanto poderíamos mostrar avanços nesta área em dezembro, em Paris, nos discursos da COP-21.

Logo depois, tivemos o anúncio do Plano de Investimentos em Logística (PIL), com recursos da ordem de R$ 200 bilhões, número extremamente significativo, apesar de sua aplicação ser realizada em um grande número de anos à frente e de depender bastante de dinheiro de investidores privados, sobretudo externos, sem falar na burocracia interna, em especial ligada aos licenciamentos ambientais. Mas, é, sem dúvida, uma grande notícia positiva para o agro, cuja carência de infraestrutura e logística é mais do que conhecida. PAP e PIL estão na correta mão de direção.

Outras notícias igualmente importantes animaram o campo brasileiro. O G7 – cúpula dos chefes de Estado e de governo dos Estados Unidos, do Canadá, do Japão, da Alemanha, da França, do Reino Unido e da Itália –, reunido na cidade alemã de Elmau, manifestou a intenção de banir os combustíveis fósseis até 2100. É claro que é ainda uma promessa, uma demonstração de vontade de descarbonizar a economia até o final do século, e os meios para isso não foram definidos. Mas, não deixa de ser interessante, sobretudo para a agroenergia brasileira, tão duramente castigada nos últimos anos por políticas públicas adversas, mostrando que estávamos na contramão do que "sonha" o mundo desenvolvido. ■

PRODUZIR

MENOS ESTADO, MAIS AUDÁCIA

GUSTAVO DINIZ JUNQUEIRA
Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

O BRASIL ainda é um dos países mais fechados do comércio mundial, com uma das tarifas médias de importação mais altas do Planeta. Isso torna o setor produtivo nacional pouco inovador e de baixa competitividade.

Não à toa, a participação do País nas exportações globais representa pouco mais de 1%. Além disso, as vendas externas são escoradas, salvo exceções, em *commodities*. No caso dos produtos agrícolas, o cenário é menos desfavorável. O agronegócio já inova há bastante tempo – hoje, uma semente de soja tem mais tecnologia do que um semicondutor de *smartphone*.

Um dos grandes desafios do Brasil, hoje protagonista em produção e exportação de matérias-primas, é deixar de ser coadjuvante na competição por mercados de produtos de maior valor agregado, o que afeta negativamente a percepção de liderança e qualidade do produto "*made in Brazil*" pelo consumidor internacional.

A competitividade atual, fundamentada em custos e ampla oferta de mão de obra, está desaparecendo a cada dia. É a diferenciação que garantirá a liderança do agro brasileiro na conquista de novos mercados e clientes internacionais.

Uma pauta exportadora sofisticada e produzida sob a égide do tripé da sustentabilidade (econômico, social e ambiental) e da inovação será o divisor de águas para o futuro. Ao instigar o processo de inovação constante em todas as etapas das cadeias produtivas, a geração de riqueza será ainda mais robusta e consistente.

No Brasil, ainda estamos no estágio de proteção incondicional de conceitos ultrapassados, baseados em subsídios, que condenam o parque fabril nacional à defasagem tecnológica e, por consequência, mercadológica. Porém, é preciso agir direto na causa; caso contrário, o círculo vicioso nunca se encerrará.

O agronegócio não defende acabar, de uma hora para outra, com os subsidiados e as proteções a determinados setores da nossa economia. Contudo, é preciso tirar as rodinhas que mantêm a "velha bicicleta" de pé para que o País quebre paradigmas.

O agro brasileiro não está imune à concorrência global, que vem melhorando custos de produção e sua competitividade rapidamente. Quem afrouxar o esforço de evoluir constantemente está fadado a ficar na mão do Estado. O agro não pode fiar-se na tese de que o modelo de crédito oficial existente é sustentável. Por isso, é inconteste que a atividade agrícola prepare-se para diversificar as fontes para captação de recursos financeiros e modernizar seus mecanismos de comércio.

O agronegócio é um grande motor do Brasil, mas ainda estamos distantes de sermos referência mundial em produção de alimentos para consumo final. Devemos reconhecer os avanços alcançados, mas precisamos definir novas metas e fomentar a audácia dos empreendedores para ganharmos o comércio internacional. Somos bons, mas podemos e devemos ser melhores.

Nenhum acordo comercial pode resolver o problema de competitividade do Brasil. A solução passa pela inovação contínua do setor privado e, principalmente, do Estado, que ainda não despertou para o fato de estarmos no século XXI. Não existe espaço para inovação sem profundas reformas estruturais, diminuição da presença do Estado e total e irrestrito apoio à livre iniciativa.

Sem dúvida, nosso futuro requer um novo modelo de desenvolvimento. ■



OPINIÃO

PLANO SAFRA

ARNALDO JARDIM

Deputado federal licenciado (PPS-SP) e secretário de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo

O ANÚNCIO do Plano Safra 2015/16 acabou surpreendendo positivamente, pois, ao contrário do esperado, houve pequeno aumento no volume de recursos destinados ao financiamento e ao custeio da safra. Porém, preocupante foi a significativa elevação de juros, que poderá inibir a produção, especialmente num cenário em que o Governo assegura que a inflação, no próximo ano, retornará ao centro da meta, ou seja, 4,5%.

Há grande preocupação do setor produtivo de que se tenha dificuldades em obter os recursos em função das dificuldades impostas pelos agentes financeiros. A liberação efetiva dos recursos ainda não ocorreu. Os agricultores projetam dificuldades na análise e nos limites de crédito para o financiamento, pois o cenário econômico acendeu a luz amarela para os bancos, que estão muito mais rigorosos na concessão de financiamentos, pois acreditam num aumento da inadimplência.



Porém, a projeção é de que a demanda por crédito deva aumentar na preparação da nova safra, pois as margens de lucro dos produtores estão mais apertadas, pela alta nos custos de insumos.

É necessário acompanhar a implementação do plano, pois, do anúncio à real implantação, há um longo caminho. Enfrentando dificuldades e surpresas desagradáveis, o setor desenvolveu formas próprias de financiamento, com capitalização e desenvolvimento de operações e compromissos entre fornecedores de insumos, implementos e maquinários agrícolas junto aos produtores, criando, também, alternativas de adiantamento e/ou financiamento.

O Plano Safra tem papel-chave e será balizador para o setor, e algumas questões merecem atenção e até preocupação: dos R$ 10 bilhões em recursos para investimentos em implementos e maquinários, apenas R$ 3 bilhões são para o Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota), a um juro de 7,5%, sendo que o restante é para o Programa BNDES de Sustentação do Investimento (BNDES PSI), 70% dele podendo ser financiados. Isso exigirá um *mix* de fontes de recursos, o que fatalmente elevará os juros praticados para algo em torno de 15%. Neste ano, segundo a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA), as vendas de máquinas agrícolas despencaram, levando-nos ao patamar de 2009, um grande retrocesso.

Considerando a média da inflação de 8% em 2015, a taxa de juros entre 7,00% e 8,75% até parece razoável, pois a inflação está próxima a isso. No decorrer do financiamento, se a inflação aproximar-se do centro da meta, a diferença será muito acentuada.

A Comissão de Alto Nível anunciada para a construção de um Plano Safra plurianual poderá acabar com a angústia anual dos planos imediatistas. O setor produtivo e o próprio governador Geraldo Alckmin defendem a necessidade deste instrumento plurianual, por considerá-lo fundamental para o planejamento de todos os setores envolvidos, fazendo projeções de cenários e buscando resolver os gargalos para o agronegócio.

O grande desafio é acompanhar a execução do que foi anunciado e esperar o cumprimento, pois, no passado, já se viu diferença entre o anunciado e o praticado. O governo federal tem mostrado certas dificuldades em fazer com que os seus anúncios transformem-se em realidade. ■

REFLEXÃO

SAFRAS E PLANOS

LUIZ CARLOS CORRÊA CARVALHO
Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

FOI LANÇADO o Plano Safra 2015/16, com características novas, inserindo setores antes esquecidos, em pleno momento de contenção de gastos e cortes nos orçamentos, aumentando em 20% os recursos. Ponto para a ministra Kátia Abreu!

Como isso teria sido possível?

Em primeiro lugar, além da capacidade da ministra, caiu a ficha do Governo sobre o efetivo papel do agronegócio na realidade brasileira. No entanto, para os detratores, trata-se de um tema recorrente e que segue, infelizmente, adicionado por quatro ingredientes complexos: ideologia, ignorância, insensatez e ilusão.

A ideologia, como figura, é o olhar fixo no retrovisor do carro do tempo, sem direito a retorno, em que a qualidade do condutor não se mede, pois não há caminhos à frente, o condutor e o carro sendo simplesmente levados pelo tempo, sem noção de rumo e sem compromissos.

A ignorância, afilhada da ideologia e flertando com a insensatez, não tem como chegar ou não sabe aonde ir. Alimentada por uma ideologia, segue cada vez com maior desconhecimento do mundo real. Daí a insensatez de nunca mudar o rumo da conversa. Trata-se de um monólogo, uma tentativa de persuasão, uma ilusão. A ilusão é um tipo de esperança de se estar contribuindo com a democracia e a sociedade.

Talvez, o País viva outra década perdida, mas o agronegócio não! Segue crescendo, alimentando pessoas e fornecendo energia, avançando em produtividade e sabendo o que quer. Não há ideologia, ignorância e insensatez. Há, talvez, ilusão. Não aquela que é a base do monólogo exaustivo, mas a esperança do entendimento pela sociedade brasileira e pelos poderes constituídos quanto ao relevante papel do agronegócio na economia. O Plano Safra é, talvez, uma esperança.

A medida do sucesso do agronegócio é a expansão da oferta de seus produtos, explicada claramente como resultado principalmente do aumento da produtividade, e não da expansão da área. O produto brasileiro do agronegócio atravessa os mares e compete na Ásia, por exemplo.

O fator mais importante para seguir produzindo com competitividade é a urgente necessidade do investimento público em logística e infraestrutura. Além deste fator, seguir investindo em pesquisa e inovação e estar receptivo ao capital internacional são condições tão importantes quanto a redução dos riscos de produzir, via seguro rural.

Assim, voltando ao Plano Safra, por que não o tornar Lei Agrícola? Por que ser somente anual? A ministra terá disposição e força para isso. E será evolução!

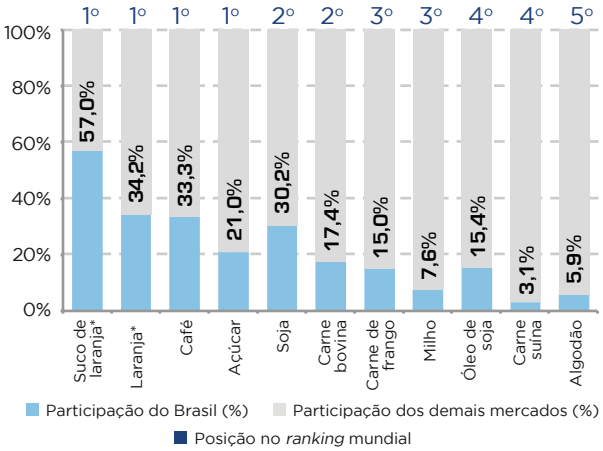
A safra, de novo, cresce. Os custos também! As ações do produtor, em produtividade, seguem ameaçadas pelos custos fora da produção, no caminho do consumo. O Brasil, como todos sabem, tem um dos menores suportes à agricultura, o que pressupõe correr todos os riscos de produzir. Mas, aprendeu muito com isso e tem seu plano de negócios baseado em produtividade!

Nas palavras do economista Martin Wolf, "o Brasil terá de repensar o seu caminho para o desenvolvimento, recorrendo à reindustrialização e às exportações industriais. Somente contar com o *boom* de *commodities* é um risco elevado". Enquanto isso patina, o agronegócio segue carregando o andor. ■



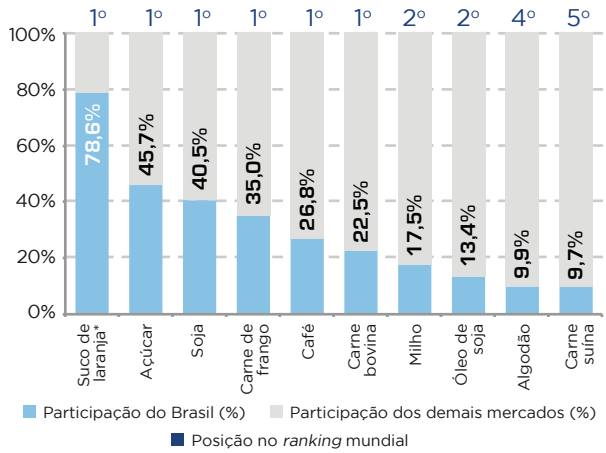
PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO PRODUTOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2014/15



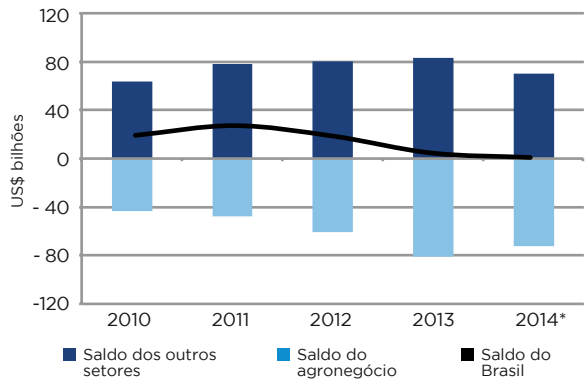
* 2013/14
Fonte: USDA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO EXPORTADOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2014/15



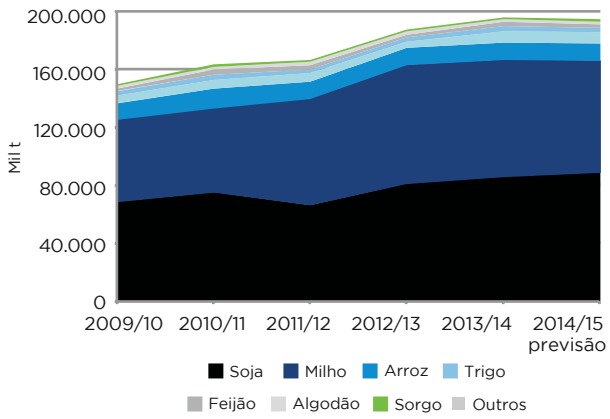
* 2013/14
Fonte: USDA

BRASIL: EVOLUÇÃO DO SALDO DA BALANÇA COMERCIAL



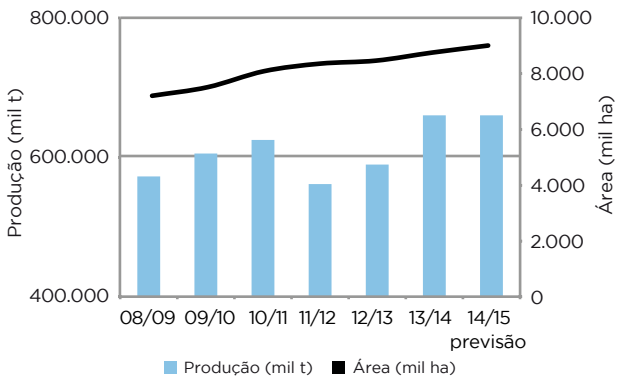
* Até outubro
Fonte: SECEX

BRASIL: PRODUÇÃO DE GRÃOS, POR PRODUTO



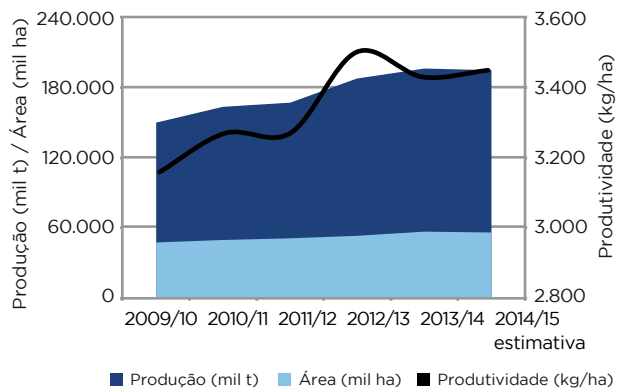
Fonte: Conab

BRASIL: ÁREA E PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR



Fonte: UNICA; Conab

BRASIL: ÁREA PLANTADA COM GRÃOS, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE



Fonte: Conab